

**ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SANTA CASA
DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA – EMESCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

MARIA ANTÔNIA FREIRE DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE KENNEDY: NÚMERO DE CASOS E AS POLÍTICAS
DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER**

VITÓRIA – ES

2024

MARIA ANTÔNIA FREIRE DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE KENNEDY: NÚMERO DE CASOS E AS POLÍTICAS
DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória

– EMESCAM, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Orientadora: Italla Maria Pinheiro Bezerra

Área de Concentração: Políticas Públicas, Saúde, Processos Sociais e Desenvolvimento Local

Linha de Pesquisa: Políticas de Saúde, Integralidade e Processos Sociais.

VITÓRIA – ES

2024

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
EMESCAM – Biblioteca Central

O48v Oliveira, Maria Antônia Freire de
Violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy :
número de casos e as políticas de atenção à saúde da mulher / Maria
Antônia Freire de Oliveira - 2024.
79 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Italla Maria Pinheiro Bezerra.

Dissertação (mestrado) em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local –
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória,
EMESCAM, 2024.

1. Violência contra a mulher – Presidente Kennedy (ES). 2. Mulher –
crimes – Presidente Kennedy (ES). 3. Mulher – condições sociais. 4.
Violência – gênero feminino. 5. Políticas públicas. I. Bezerra, Italla Maria
Pinheiro. II. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia
de Vitória, EMESCAM. III. Título.

CDD 301.412

Bibliotecária responsável pela estrutura de acordo com o AACR2:
Elisangela Terra Barbosa – CRB6/608

MARIA ANTÔNIA FREIRE DE OLIVEIRA

**VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE
PRESIDENTE KENNEDY: NÚMERO DE CASOS E AS POLÍTICAS
DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local.

Aprovada em ____ de _____ de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Italla Maria Bezerra

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de
Vitória (Orientadora)

Prof^a. Dra Fabiana Rosa Neves

Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
(Banca Interna)

Prof^a. Dra Kerle Lucena

(Banca Externa)

Dedico a todas as mulheres que enfrentam a violência de forma silenciosa ou dolorosa, homenageando sua força e resiliência na luta por justiça e dignidade. Agradeço também aos profissionais e instituições que oferecem apoio às vítimas, contribuindo para um futuro livre de violência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois nesses dois anos foram enfrentados inúmeros desafios e eu pude ver o Seu cuidado e amor em cada detalhe, em todas as vezes que não havia animo para prosseguir, era em Deus com a sua infinita bondade que eu encontrava forças, afinal, todos os meus problemas eram oportunidades disfarçadas.

Aos meus pais, expresso minha gratidão por todo apoio, se eu estou finalizando o mestrado hoje é porque no passado abdicaram de tantas coisas para eu poder ter a oportunidade de ter um estudo, e estiveram comigo em todos os momentos. Ao meu esposo, sou grata por todo companheirismo e compreensão, em todas as vezes que estava quase desistindo, estava ao meu lado me encorajando a prosseguir. Vocês foram meu porto seguro, proporcionando a motivação necessária para seguir em frente nos momentos mais difíceis. As minhas amigas agradeço por estarem sempre presentes, deixando esse período mais leve.

Sou muito grata à Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM, por me proporcionar a oportunidade de crescimento acadêmico e pessoal. Agradeço aos professores e funcionários pelo acolhimento e pela qualidade do ensino que sempre me inspirou.

A minha orientadora, Italla Maria Bezerra, teria que receber meu agradecimento especial pela orientação e por tudo o que fez por mim, não tenho palavras para agradecer por todas as vezes que me encorajou a prosseguir, que confiou e acreditou em mim, essa jornada ficou muito mais leve devido a sua presença, levarei para sempre em meu coração pois meu carinho e admiração é algo genuíno.

Ao meu coorientador, José Rubens Loureiro, agradeço pela colaboração e pelas valiosas contribuições que enriqueceram minha pesquisa.

Não posso deixar de reconhecer o apoio de todos que, de alguma forma, participaram desta trajetória, seja por meio de discussões, conselhos ou incentivo. A todos vocês, meu sincero muito obrigado. Esta conquista é fruto do esforço coletivo e da força que cada um representou na minha vida.

RESUMO

Introdução: A discussão referente às desigualdades entre homens e mulheres, não é de agora, longe disso, dos gregos antigos até bem pouco tempo atrás, na escala metafísica que faz a divisão dos seres humanos, o gênero feminino era inferior, diante disso, somente por isso o gênero masculino podia ter uma vida pública.

Objetivo: Analisar a violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy, quanto a incidência, as políticas de atenção existentes e os impactos biopsicossociais sobre as vítimas.

Método: Trata-se de um estudo de abordagem mista, realizado em duas etapas. A primeira etapa, será realizado em estudo de abordagem quantitativa, do tipo ecológico, exploratório, transversal, retrospectivo com utilização de dados secundários do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) para investigar o número de casos da violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy. A segunda etapa, será um estudo de abordagem qualitativa com foco na percepção da gestão sobre o fluxo de trabalho do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

Resultados: O estudo apresentou um cenário de um total de 498 casos durante janeiro de 2023 a janeiro de 2024, em que a violência física foi a mais frequente, com 200 (40,16%) ocorrências, seguida por violência psicológica (150 / 30,12%), sexual (70 / 14,06%), patrimonial (50 / 10,04%) e moral (28 / 5,61%) e as mulheres brancas foram as mais acometidas (250 / 50%). As informações apontam que as mulheres de 25 a 34 anos são as mais impactadas. Ainda pesquisa revelou que a maior parte das reclamações vem do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS), destacando a relevância de uma rede de suporte multidisciplinar. Embora a Lei Maria da Penha seja eficaz, a execução de suas diretrizes ainda é insatisfatória, destacando a demanda por formação de profissionais e conscientização da comunidade para fortalecer a confiança nas denúncias. Os resultados destacam a necessidade de políticas públicas mais unificadas e eficazes que respeitem as particularidades das vítimas, levando em conta os aspectos étnicos e sociais da violência de gênero.

Considerações finais: A luta contra a violência de gênero em Presidente Kennedy não se restringe apenas à resposta imediata às denúncias, mas deve envolver uma transformação cultural ampla, que desafie as normas de gênero, promova a autonomia econômica das mulheres e fortaleça uma rede de apoio solidária e acessível. A proteção e a dignidade das mulheres devem ser um objetivo comum em toda a sociedade, ressaltando que, ao garantir a segurança e o bem-estar das mulheres, estamos promovendo um direito humano fundamental e avançando na direção à equidade de gênero.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Impactos biopsicossociais. Vítimas.

ABSTRACT

Introduction: The discussion regarding inequalities between men and women is not new, far from it, from the ancient Greeks until very recently, in the metaphysical scale that makes the division of human beings, the female gender was inferior, therefore, only for this reason the male gender could have a public life. **Objective:** To analyze violence against women in the municipality of Presidente Kennedy, in terms of the number of cases, existing care policies, and biopsychosocial impacts on victims between January 2023 and January 2024. **Method:** This is a mixed approach study, carried out in two stages. The first stage will be carried out in a quantitative, ecological, exploratory, cross-sectional, retrospective study using secondary data from the Reference Center for Women's Care (CRAM) to investigate the number of cases of violence against women in the municipality of Presidente Kennedy. The second stage will be a qualitative study focusing on the management's perception of the workflow of the Women's Care Reference Center (CRAM). **Results:** The study presented a scenario of a total of 498 cases during January 2023 to January 2024, in which physical violence was the most frequent, with 200 (40.16%) occurrences, followed by psychological (150 / 30.12%), sexual (70 / 14.06%), patrimonial (50 / 10.04%) and moral (28 / 5.61%) violence, and white women were the most affected (250 / 50%). The information indicates that women aged 25 to 34 are the most impacted. A survey also revealed that most of the complaints come from the Social Assistance Reference Center (CREAS), highlighting the relevance of a multidisciplinary support network. Although the Maria da Penha Law is effective, the execution of its guidelines is still unsatisfactory, highlighting the demand for training professionals and community awareness to strengthen trust in complaints. The results highlight the need for more unified and effective public policies that respect the particularities of the victims, taking into account the ethnic and social aspects of gender-based violence. **Final considerations:** The fight against gender-based violence in Presidente Kennedy is not restricted to the immediate response to complaints, but must involve a broad cultural transformation that challenges gender norms, promotes women's economic autonomy and strengthens a supportive and accessible support network. The protection and dignity of women should be a common goal throughout society, underscoring that by ensuring women's safety and well-being, we are promoting a fundamental human right and moving towards gender equality.

Keywords: Violence against women. Biopsychosocial impacts. Victims

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Violência contra a mulher no Brasil.....	33
Figura 02 – Violência contra a mulher no ES.....	36
Figura 03 – Número de casos quanto ao tipo de violência contra mulher no município de Presidente Kennedy, ES, 2024.....	43
Figura 04 – Número de casos por faixa etária de violência contra a mulher, no município de Presidente Kennedy, ES, 2024.....	45
Figura 05 – Número de casos de violência contra a mulher, por raça, no município de Presidente Kennedy, ES, 2024.....	48
Figura 06 – Registro de violência ao longo dos meses.....	49
Figura 07 – Fontes de denúncia.....	50

LISTA DE SIGLAS

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CREAS – Referência Especializado de Assistência Social

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DEAMs – Delegacias Especiais em Atendimento às Mulheres

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS – Organização Mundial de Saúde

CRAM- Centro de Referência de Atendimento à Mulher

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidades Básicas de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Principais evidências encontradas. Presidente Kennedy, ES, 2024...49

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.2	HIPÓTESES	17
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	18
2.1.1	A violência contra a mulher em Presidente Kennedy/ES	19
2.2	POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	20
2.3	INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.	28
2.4	VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	31
3	OBJETIVOS	39
3.1	OBJETIVO GERAL.....	39
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	39
4	MÉTODOS	40
4.1	TIPO DO ESTUDO	40
4.2	CENÁRIO DO ESTUDO.....	40
4.3	AMOSTRA.....	40
4.3.1	Critérios de Inclusão	41
4.4	COLETA DE DADOS.....	41
4.5	ANÁLISE DOS DADOS	42
4.6	ASPECTOS ÉTICOS.....	42
5	RESULTADOS	43
5.1	ENTREVISTA APLICADA AO GESTOR DO CRAM.....	48
6	DISCUSSÃO	52
6.1	ANÁLISE QUANTITATIVA: DO NÚMERO DE CASOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS ...	52
6.2	ANÁLISE QUALITATIVA: AS PERCEPÇÕES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO E A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA.....	62
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
	REFERÊNCIAS	71
	ANEXO 01:	74
	COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS DO PROJETO “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY: NÚMERO DE CASOS, POLÍTICAS DE ATENÇÃO E IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS”	74

1 INTRODUÇÃO

A discussão referente às desigualdades entre homens e mulheres, não é de agora, longe disso, dos gregos antigos até bem pouco tempo atrás, na escala metafísica que faz a divisão dos seres humanos, o gênero feminino era inferior, diante disso, somente por isso o gênero masculino podia ter uma vida pública. (Martins, 2015).

Segundo o Ministério da Saúde (2016) a Violência Contra a Mulher pode ser entendida como qualquer conduta baseada em gênero, tais como físicos, psicológicos, sexuais e até a morte. Não se referindo somente com a força, mas a ideia de submissão que está empregada culturalmente há anos. Os direitos e deveres delas sempre foram colocados de lado, destacando apenas função de ser mãe e dona do lar, em vista disso, no século XVII, surgiu o movimento de igualdade na Revolução Francesa, as mulheres que tentaram conquistar a sua vida em “liberdade” perderam suas vidas na guilhotina, e vale ressaltar que qualquer ato de agressão, constitui a violação dos seus direitos, é necessário que a sociedade também empenha para combater essas violências (Parkins, 2000).

Segundo Gadoni-Costa (2011) a violência é uma triste realidade que pode assombrar a vida de mulheres de todas as classes sociais, orientações sexuais, raças, níveis de escolaridade, religiões, status civil e regiões. Infelizmente, ela pode ser infligida por cônjuges, ex-cônjuges e até mesmo indivíduos que assumem funções parentais sem laços consanguíneos com os filhos ou outros membros da família.

Parte dos anos 70 caracterizou-se pelo esgotamento do modelo fordista, propiciando então novos movimentos sociais que reivindicavam outras formas de exercício do poder, críticas tanto ao capitalismo quanto ao socialismo real. As manifestações se espalharam por diversos países do mundo e significaram a emergência de novas subjetividades e estratégias de organização política, esse período foi um marco para os movimentos sociais e, em especial, para o feminismo. (Cardoso, 2005).

A partir dos anos 80, a violência doméstica passou a ser um destaque na pauta da luta das feministas, tanto que pesquisadores de diferentes áreas começaram a produzir estudos científicos sobre a temática, exigindo também que Estado se envolvesse, e por meio deste movimento, foi dado à visibilidade às formas de agressão e suas práticas como um problema de ordem pública, considerando a

proporção surge o reconhecimento da necessidade de criar políticas de proteção a mulheres violentadas (Ribeiro, 2010).

Os eventos sobre essa temática que tiveram nos anos seguintes, como conferências nacionais e internacionais tiveram grande significância para elaboração de leis promovendo os direitos da mulher, bem como a assistência e serviços de proteção (Silveira, 2014).

A partir de 2002, a violência contra a mulher passou a ser reconhecida como um sério problema de saúde pública e uma forma de violação dos direitos humanos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2006, o Brasil promulgou a Lei nº 11.340, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, em homenagem a um caso real, com o objetivo de prevenir e coibir todas as formas de violência contra a mulher.

Segundo a Lei nº 11.340 existem cinco tipos de violência contra a mulher, a violência física que é marcada por qualquer conduta que ofenda a integridade corporal como por exemplo espancamento e tortura; violência psicológica qualquer ato que cause transtornos psicológicos, como por exemplo ameaças, manipulação e perseguição; violência sexual caracterizada por manter ou a participar de relação sexual forçada com o uso de força; violência patrimonial configurado como subtração, destruição de seus objetos, documentos e bens de valor, como por exemplo, controlar o seu dinheiro, e por último a violência moral que é entendida como difamação, como por exemplo, acusar a mulher de traição.

Vale ressaltar que além da Lei Maria da Penha e Atenção Primária, há outras leis que fazem parte da luta por políticas públicas, como a Lei n.º 9.100, de 1995, que é obrigatório 20% das vagas serem preenchidas por candidatas, Lei n.º 9.029, de 1995, proíbe qualquer prática discriminatória com relação ao emprego, a Lei n.º 8.213, de 1991, estabelece o pagamento do salário-maternidade. Além disso, como as Delegacias Especiais em Atendimento às Mulheres (DEAMs), as Casas-Abrigo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e com a proporção e demandas foi criado o Centro de Referência à Mulher.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), houve um crescimento de todos os tipos de violência contra a mulher, em especial, a agressões e assédio. Os feminicídios cresceram 6,1% em 2022, resultando em 1.437 mulheres mortas simplesmente por serem mulheres.

Sabe-se que a violência doméstica é uma questão de saúde pública, mas é

carregada por obstáculos no atendimento a essa mulher no sistema de saúde, tanto na qualificação dos profissionais, na condução e quanto na abordagem da vítima e escuta humanizada.

Devido aos traumas, medo ou julgamentos é comum o desafio dessa vítima de se comunicar, e esse bloqueio é intensificado devido os locais de acolhimento não possuírem uma escuta qualificada pela equipe, e esse receio pela exposição, a deixa nesse ciclo de risco sem fim (Vigano; Laffin, 2019).

Graças à pressão organizada pelos movimentos feministas, foram elaboradas leis e políticas públicas para enfrentar e coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Souza; Sousa, 2019). Diante disso, é gritante a demanda de criação de programas para oferecer assistência às vítimas de modo holístico, ou seja, atenção não somente a doença mas também suas angústias, atenção as suas mazelas e fragilidades, cuidando dessas vítimas por um aspectos biopsicossociais, fortalecendo beatitude, garantindo qualidade de vida e solenidade, encorajando o empoderamento, autoestima e amor próprio (Ferreira et al., 2023)

A violência contra a mulher é uma triste realidade global que transcende fronteiras geográficas e culturais, manifestando-se de diversas formas e afetando milhões de vidas. No município de Presidente Kennedy, o número de casos desse fenômeno é uma preocupação que demanda análise e ação contundente.

A magnitude da violência contra a mulher em Presidente Kennedy é um reflexo das complexidades sociais, econômicas e culturais presentes na comunidade. A violência pode se manifestar em diferentes formas, incluindo violência doméstica, assédio sexual, violência psicológica e patrimonial, entre outras. Compreender a extensão dessas práticas é essencial para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.

As políticas de atenção voltadas para a violência contra a mulher desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e na proteção das vítimas. É fundamental avaliar a eficácia das políticas existentes em Presidente Kennedy, identificando lacunas e propondo melhorias. A implementação de medidas preventivas, educativas e de suporte às vítimas é vital para criar um ambiente que desencoraje a violência e promova uma cultura de respeito mútuo.

Os impactos biopsicossociais da violência contra a mulher são profundos e duradouros. Além das consequências físicas, as vítimas frequentemente enfrentam desafios emocionais e psicológicos significativos. O estigma social associado à

violência pode impedir que as mulheres procurem ajuda, agravando ainda mais os impactos.

Nesse contexto, o problema central de pesquisa consiste em: Qual é o número de casos da violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy e os fatores determinantes desse fenômeno destacando os impactos biopsicossociais sobre as mulheres afetadas? Essa indagação busca explorar as dimensões multifacetadas da violência de gênero na localidade, visando identificar lacunas, desafios e oportunidades para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes de prevenção, intervenção e suporte às vítimas.

Assim, tem-se como hipótese desse estudo que há um aumento de número de casos de violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy e que as mulheres sofrem impactos biopsicossociais.

1.1 JUSTIFICATIVA

A realização de um trabalho sobre a violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy se justifica por diversas razões, todas fundamentais para a compreensão e enfrentamento desse grave problema social. A violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e uma questão social de extrema relevância. O estudo dessa problemática em Presidente Kennedy é crucial para compreender a dimensão do problema na comunidade local, promovendo ações que visem a erradicação desse tipo de violência. Compreender a extensão da violência contra a mulher no município é essencial para direcionar recursos e esforços de forma eficaz. A identificação o número de casos permite uma abordagem mais direcionada às áreas mais afetadas e grupos mais vulneráveis.

A análise das políticas existentes destinadas à prevenção e atenção às vítimas é crucial para identificar lacunas e propor melhorias. Essa avaliação contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas locais e para a implementação de medidas mais eficazes. Investigar os impactos biopsicossociais da violência contra a mulher permite uma compreensão mais profunda das consequências desse fenômeno. Isso é fundamental para desenvolver estratégias de apoio às vítimas, abordando não apenas as consequências físicas, mas também os aspectos emocionais e psicológicos.

A pesquisa contribuirá para aumentar a conscientização da sociedade em Presidente Kennedy sobre a gravidade da violência contra a mulher. Além disso,

fornece dados e informações que podem ser utilizados em programas educativos, visando a prevenção e a mudança de atitudes culturais prejudiciais. Ao abordar a violência de gênero, o trabalho contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as mulheres possam desfrutar de seus direitos fundamentais sem o medo da violência.

A pesquisa pode servir como catalisadora do diálogo entre diversos setores da sociedade, incluindo governo, organizações não governamentais e comunidade em geral. A mobilização comunitária é crucial para implementar mudanças significativas e sustentáveis. Em suma, a pesquisa sobre violência contra a mulher em Presidente Kennedy é justificada pela sua importância social, pela necessidade de compreender a realidade local, pela avaliação das políticas existentes e pelos impactos profundos dessa violência na vida das mulheres. Essa abordagem holística visa contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e livre de violência de gênero.

1.2 HIPÓTESES

Considerando o contexto sociocultural específico de Presidente Kennedy, é possível hipótese que o número de casos da violência contra a mulher é significativa. Além disso, a hipótese sugere que as políticas de atenção existentes podem apresentar lacunas na prevenção e no suporte às vítimas, demandando uma análise crítica para identificar áreas de melhoria. Quanto aos impactos biopsicossociais, presume-se que a violência contra a mulher em Presidente Kennedy possa resultar em consequências profundas, afetando não apenas a saúde física, mas também o bem-estar psicológico e a integridade social das vítimas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher é um assunto relevante e preocupante na sociedade atual. Infelizmente, essa forma de violência ainda é uma realidade em muitos países e afeta mulheres de todas as idades, raças, religiões e classes sociais. A violência contra a mulher engloba uma ampla gama de abusos, desde violência física e sexual até abuso emocional e psicológico. Essas agressões podem acontecer tanto no âmbito doméstico, através de parceiros íntimos e familiares, como também no ambiente de trabalho, instituições de ensino e espaços públicos (Brasil, 2020).

Um dos tipos mais comuns de violência contra a mulher é a violência doméstica, que pode incluir espancamento, coerção sexual, violência psicológica, ameaças e isolamento da vítima. Muitas vezes, as mulheres que sofrem esse tipo de violência enfrentam dificuldades para buscar ajuda e sair dessa situação devido ao medo, dependência emocional e falta de recursos financeiros (IPEA, 2019).

A violência contra a mulher também se manifesta de diversas formas na esfera pública, como o assédio sexual nas ruas, no transporte público, no trabalho e em eventos sociais. O assédio sexual é uma violação dos direitos das mulheres e tem efeitos negativos significativos na saúde física e emocional das vítimas (IPEA, 2019). Além disso, no contexto de relacionamentos íntimos e afetivos, o feminicídio é uma forma extrema de violência contra a mulher, resultando na morte da vítima. Muitas vezes, ocorre após um histórico de violência doméstica e é motivado por ódio, controle, ciúme ou uma tentativa de punir a mulher por sair do relacionamento.

É importante destacar que a violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e uma questão de saúde pública. Ela tem efeitos devastadores não apenas para as vítimas, mas também para suas famílias e comunidades (Brasil, 2020). Essa violência perpetua a desigualdade de gênero, reforçando estereótipos prejudiciais e limitando as oportunidades das mulheres na sociedade.

Para combater a violência contra a mulher, é necessário promover a conscientização sobre o assunto, educar a população, implementar leis mais rigorosas e efetivas, garantir o acesso das vítimas a serviços de apoio e denúncia, e promover a igualdade de gênero em todos os setores da sociedade. Cabe a todos nós lutar contra essa forma de violência, buscando a equidade e o respeito entre os

gêneros (OMS, 2020).

2.1.1 A violência contra a mulher em Presidente Kennedy/ES

A violência contra a mulher é uma questão preocupante em todo o mundo, e o município de Presidente Kennedy, como tantos outros, não está isento desse problema. Nesse sentido, é importante analisar o número de casos da violência contra a mulher nesse município, as políticas de atenção implementadas e os impactos biopsicossociais sofridos pelas vítimas.

No que diz respeito às políticas de atenção, é fundamental avaliar as medidas adotadas pelo município para prevenir e combater a violência contra a mulher. Programas de conscientização, campanhas de educação sobre igualdade de gênero, leis e protocolos de atendimento às vítimas são algumas das medidas que podem ser implementadas. É importante analisar se essas políticas estão sendo efetivas e se estão chegando a todas as mulheres do município, especialmente aquelas em situação de maior vulnerabilidade, como as de baixa renda, negras (20%) e pardas.

Outro aspecto a ser examinado são os impactos biopsicossociais sofridos pelas mulheres vítimas de violência. A violência pode afetar a saúde física e mental das vítimas, causando lesões, traumas, depressão e outros problemas de saúde. Além disso, a violência pode gerar ainda mais desigualdade e exclusão social, dificultando a autonomia e o desenvolvimento das mulheres agredidas.

Portanto, é importante a implementação de políticas públicas abrangentes e efetivas para combater a violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy. É necessário um trabalho conjunto do poder público, instituições especializadas, entidades da sociedade civil e da população em geral para que haja mudanças estruturais e culturais capazes de prevenir e erradicar essa forma. A violência contra a mulher é um fenômeno social preocupante que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, incluindo o município de Presidente Kennedy. Esta forma de violência pode ser física, psicológica, sexual, econômica ou simbólica e tem efeitos negativos profundos na vida das mulheres, além de ser uma violação dos direitos humanos.

O número de casos de violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy pode ser analisada através de estudos e pesquisas sobre o tema. Esses estudos podem fornecer dados estatísticos sobre a frequência e a gravidade dos

casos de violência, bem como os principais fatores de risco associados a essa violência. Além disso, é importante examinar as diferentes formas de violência, pois cada uma delas tem impactos específicos na vida das mulheres.

No que diz respeito às políticas de atenção às mulheres vítimas de violência, é fundamental avaliar tanto as políticas nacionais quanto as municipais em Presidente Kennedy. É necessário analisar se existem leis e regulamentos específicos para combater a violência contra a mulher, bem como programas e serviços de apoio às vítimas. Além disso, é importante verificar se essas políticas são efetivamente implementadas e se há recursos adequados disponíveis para apoiar as mulheres vítimas de violência.

Os impactos biopsicossociais da violência contra a mulher em Presidente Kennedy também devem ser considerados. A violência pode ter efeitos físicos, como lesões e problemas de saúde, como doenças sexualmente transmissíveis e transtornos mentais. Além disso, a violência pode afetar a autoestima e a saúde mental das mulheres, bem como suas relações sociais e econômicas, colocando-as em situação de vulnerabilidade.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência doméstica é um problema mundial que impacta milhões de mulheres em todas as nações. Entender as políticas públicas destinadas a enfrentar essa questão é crucial para fomentar uma sociedade mais justa e equilibrada. Neste capítulo, analisaremos as políticas postas em prática em diversas esferas – locais, nacionais e internacionais – com um foco particular na Lei Maria da Penha no Brasil. Além disso, vamos debater sua aplicação, eficácia, obstáculos e algumas práticas de auditoria.

A violência contra a mulher se manifesta de várias formas, incluindo violência física, sexual, psicológica e econômica. Assim, diversas iniciativas foram desenvolvidas para prevenir e combater essa violência. Entre as mais relevantes, destacam-se a criação de legislações específicas, campanhas de conscientização, programas de formação e capacitação de profissionais que lidam com essas questões, além de um robusto sistema de acolhimento e proteção às vítimas.

No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) foi um marco significativo na luta contra a violência doméstica. Esta lei estabelece medidas de proteção às

mulheres vítimas de violência e cria mecanismos para a sua efetiva aplicação. De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (2022), a lei revelada em um aumento significativo no registro de ocorrências de violência, o que, paradoxalmente, pode indicar maior conscientização e empoderamento das mulheres ao denunciarem esses crimes. No entanto, a sua implementação enfrenta diversos desafios.

Um dos principais obstáculos é a falta de recursos. Estudos indicam que o destino de palavras insuficientes para o combate à violência contra a mulher compromete a eficácia das políticas públicas (Pereira et al., 2022). Além disso, a capacitação de profissionais de saúde, segurança e assistência social é crucial. Muitas vezes, esses profissionais não estão preparados para lidar com as especificidades da violência contra a mulher, resultando em atendimentos inadequados que podem agravar a situação das vítimas (Silva e Santos, 2023).

A resistência cultural também é uma barreira significativa. Em muitas comunidades, as normas sociais ainda perpetuam a ideia de que a violência é uma questão privada e não um problema de saúde pública ou de segurança social. Isso dificulta não apenas a denúncia, mas também a acessibilidade de políticas públicas externas para essa temática. Além da Lei Maria da Penha, diversas cidades brasileiras estão implementando iniciativas inovadoras de combate à violência contra a mulher. O município de São Paulo, por exemplo, lançou o programa “Casa da Mulher Brasileira”, que reúne em um único espaço serviços de acolhimento, orientação jurídica e apoio psicológico.

A agressão às mulheres é apresentada de diversas maneiras, englobando violência física, sexual, psicológica e financeira. Portanto, várias ações estão sendo rompidas para prevenir e combater essa violência. Dentre as ações mais importantes, destaca-se a elaboração de leis específicas, campanhas de sensibilização, programas de treinamento e capacitação de profissionais envolvidos nesses assuntos, bem como um sólido sistema de acolhimento e proteção às vítimas.

A resistência cultural também representa um obstáculo específico. Em diversas comunidades, as convenções sociais ainda reforçam a noção de que a violência é um assunto privado, não uma questão de saúde pública ou de segurança social. Isso complica não só uma denúncia, mas também uma implementação de políticas públicas direcionadas a essa questão.

Além da Lei Maria da Penha, várias cidades do Brasil vêm adotando medidas inovadoras para combater a violência contra as mulheres. Por exemplo, a cidade de

São Paulo implementou o programa “Casa da Mulher Brasileira”, que reúne em um único local serviços de acolhimento, orientação jurídica e suporte psicológico. Esta integração de serviços tem apresentado resultados positivos, oferecendo um serviço mais personalizado e eficaz (Oliveira, 2022). Em nível internacional, a Convenção de Istambul, ratificada por diversos países, incluindo o Brasil, estabelece padrões para a prevenção e combate à violência contra a mulher. A convenção defende a necessidade de legislações que protejam as mulheres, além de incentivo à formação de profissionais, campanhas de sensibilização e financiamento de serviços de acolhimento.

Contudo, muitos países ainda lutam para implementar eficazmente esses princípios em suas legislações nacionais (ONU Mulheres, 2023). Uma análise do impacto das políticas públicas deve considerar não apenas os aspectos quantitativos, como a quantidade de denúncias, mas também a melhoria da qualidade de vida das mulheres e a mudança nas percepções sociais sobre a violência. Uma pesquisa “Impacto da Lei Maria da Penha em Municípios” (Machado e Gomes, 2023) revelou que, em várias localidades, houve um aumento nos índices de homicídio de mulheres após a implementação da lei, evidenciando sua relevância como ferramenta de proteção.

Entretanto, lições aprendidas com disciplinas bem sucedidas nos âmbitos locais e internacionais apontam para a importância da construção de uma rede intersetorial. A colaboração entre diferentes setores, como saúde, justiça e assistência social, é vital para criar um ambiente que favoreça a iniciativa pública e a participação da sociedade civil na prevenção e combate à violência de gênero.

Considerando que há avanços nos últimos anos, o caminho a percorrer ainda é longo e repleto de desafios. Para garantir a efetividade das políticas públicas de combate à violência contra a mulher, é necessário um compromisso contínuo por parte do Estado e da sociedade. Isso inclui a ampliação dos recursos destinados a essa área, a capacitação contínua de profissionais e a mudança de mentalidades. Sem esses esforços, as políticas públicas correm o risco de serem meramente retóricas, sem impacto real na vida das mulheres que enfrentam a violência.

A exploração das políticas públicas de combate à violência contra a mulher revela um panorama complexo, onde avanços coexistem com desafios persistentes. A Lei Maria da Penha representa um passo importante, mas seu sucesso requer uma implementação robusta e intersetorial, além de um comprometimento significativo da

sociedade como um todo para a construção de um futuro sem violência. As boas práticas e experiências bem sucedidas, como o projeto "Casa da Mulher Brasileira", oferecem referências valiosas que podem ser adaptadas e replicadas em diferentes contextos, contribuindo para a efetividade das políticas públicas.

A Convenção de Istambul, ratificada por várias nações, incluindo o Brasil, define normas para a prevenção e combate à violência contra a mulher em todo o mundo. A conferência destaca a importância de legislações que garantam a proteção das mulheres, bem como promovam a capacitação de profissionais, campanhas de conscientização e o financiamento de serviços de abrigo. No entanto, vários países continuam a enfrentar dificuldades para aplicar eficazmente esses princípios nas suas leis nacionais (ONU Mulheres, 2023).

A avaliação do efeito das políticas públicas não deve se limitar aos aspectos numéricos, como o número de reclamações, mas também levar em conta a melhoria da qualidade de vida das mulheres e a alteração nas percepções sociais sobre a violência. O estudo "Efeito da Lei Maria da Penha em Municípios" (Machado e Gomes, 2023) mostrou que, em diversas regiões, houve uma redução nos casos de homicídio de mulheres após a aplicação da lei, destacando a sua importância como instrumento de proteção.

No entanto, lições extraídas de disciplinas bem-sucedidas tanto em nível local quanto internacional destacam a relevância de estabelecer uma rede intersetorial. A cooperação entre diversos setores, tais como saúde, justiça e assistência social, é essencial para estabelecer um ambiente propício à ação pública e ao envolvimento da sociedade civil na prevenção e luta contra a violência de gênero.

Apesar dos progressos nos últimos anos, a jornada ainda é extensa e cheia de obstáculos. Para garantir a eficácia das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, é necessário um engajamento constante tanto do governo quanto da sociedade. Isso engloba o aumento dos fundos destinados a esse setor, a formação constante de profissionais e a transformação de mentalidades. Sem essas ações, as políticas públicas podem se tornar apenas retóricas, sem causar um impacto concreto na vida das mulheres que sofrem violência.

Em resumo, a análise das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher apresenta um cenário intrincado, onde os progressos convivem com obstáculos constantes. A Lei Maria da Penha é um avanço significativo, porém sua eficácia exige uma implementação sólida e intersetorial, bem como um engajamento

significativo da sociedade em geral na construção de um futuro livre de violência. As práticas exitosas e experiências de sucesso, como o projeto "Casa da Mulher Brasileira", fornecem exemplos que podem ser adaptados e replicados em diversos cenários, auxiliando na eficácia das políticas governamentais.

A invisibilidade da violência é um aspecto intrínseco e multifacetado que se apresenta de várias maneiras, impactando pessoas e comunidades de formas profundas e rigorosas. Esta invisibilidade pode ser causada pela ausência de denúncia, pela normalização de comportamentos abusivos e pela desvalorização das vivências das vítimas. Em diversas situações, as violências passaram por um processo de banalização, incorporando-se ao dia a dia sem um devido reconhecimento de seus efeitos.

A subnotificação é um elemento crucial da invisibilidade da violência, que acontece quando as pessoas não se sentem confortáveis ou motivadas a denunciar abusos, seja por recebimento de retaliações, constrangimento ou a confirmação de que ninguém irá acreditar ou tomar as medidas possíveis. Informações de entidades não governamentais e centros de pesquisa indicam que a violência doméstica ainda é uma questão preocupante, porém muitos casos continuam ocultos, sem registros oficiais. Por outro lado, a pandemia de COVID-19 destacou a severidade da violência de gênero, intensificando a vulnerabilidade e a exposição das vítimas em contextos familiares, mas também complicando o acesso a serviços de suporte.

A violência é frequentemente invisível em espaços públicos, onde ataques contra minorias, tais como mulheres, negros e LGBTQIA+, muitas vezes não são contabilizados nas estatísticas oficiais. O silêncio sobre essas agressões perpetua estigmas e discriminações, gerando um ciclo perverso que impede a sensibilização e a ação coletiva em busca de transformações. Além disso, as agressões psicológicas, muitas vezes negligenciadas ou negligenciadas, exercem resultados devastadores na saúde mental, porém ainda são pouco reconhecidas.

Na esfera das políticas públicas, a invisibilidade da violência cria um paradoxo: mesmo diante de dados preocupantes, uma ocorrência institucional pode ser lenta ou insuficiente. A ausência de campanhas de conscientização e de serviços de acolhimento eficazes contribui para a continuidade da questão. É crucial estabelecer estratégias unificadas que não apenas incentivem a denúncia, mas também proporcionem apoio psicológico e social às vítimas.

Nos últimos anos, a resistência e a batalha por visibilidade têm se intensificado

por meio de movimentos sociais, campanhas e ações de sensibilização. As plataformas online desempenham um papel crucial na amplificação de vozes anteriormente silenciadas, possibilitando que as vítimas compartilhem suas experiências e que a sociedade se mobilize contra a violência. Cada vez mais, percebe-se a importância de aumentar a visibilidade da violência na construção de um futuro mais equitativo e seguro para todos.

Assim, combater a invisibilidade da violência exige um esforço coletivo que envolva educação, fortalecimento das vítimas e uma transformação cultural onde a violência seja reconhecida, debatida e combatida de maneira eficaz. Apenas dessa forma conseguiremos identificar e dismantelar as estruturas que possibilitam a persistência deste ciclo de violência e silenciamento.

Em diversos países, incluindo o Brasil, a atenção básica é um dos alicerces essenciais do sistema de saúde. Ela é uma entrada para o sistema de saúde, com a finalidade de garantir o acesso à saúde de maneira completa e constante para toda a população. A atenção básica engloba uma série de ações voltadas para a promoção da saúde, prevenção de enfermidades, tratamento de condições de saúde relevantes e reabilitação.

Uma das características mais relevantes da atenção básica é a sua abordagem focada no indivíduo. Isso implica que os especialistas em saúde procurem entender o indivíduo como um todo, levando em conta não apenas os elementos biológicos, mas também os fatores sociais, econômicos e culturais que afetam sua saúde. Esta perspectiva integral possibilita um atendimento mais eficiente e humanizado, estabelecendo uma relação de confiança entre o paciente e o profissional de saúde.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os centros de saúde têm um papel fundamental na assistência básica. Essas entidades têm a responsabilidade de servir uma comunidade específica, prestando serviços como consultas médicas, imunizações, assistência a gestantes, conselhos sobre saúde mental e assistência infantil, entre outros. Além disso, a atenção primária é um ideal local para a educação em saúde, no qual os profissionais têm a oportunidade de informar e capacitar a população para a adoção de práticas de saúde.

Outro aspecto significativo é a relevância do tempo multidisciplinar na atenção básica. Médicos, enfermeiros, agentes comunitários de saúde, nutricionistas e outros especialistas colaboram para fornecer um cuidado completo. Esta cooperação é crucial para detectar e solucionar questões de saúde de maneira mais abrangente e

eficiente, favorecendo a cooperação do atendimento e prevenindo a desintegração dos serviços.

Além disso, a atenção primária desempenha um papel na vigilância da saúde, detectando e acompanhando epidemias, surtos e outras questões de saúde que possam impactar a comunidade. Isso possibilita uma intervenção preventiva e a execução de políticas governamentais com o objetivo de melhorar as condições de vida e saúde da população.

A atenção básica é um componente vital do sistema de saúde, sendo responsável por promover a saúde e prevenir doenças de maneira acessível e integrada. Ao valorizar o acolhimento, a equidade e a integralidade do cuidado, a atenção básica contribui para a construção de uma sociedade mais saudável e justa.

Desta forma, investir em atenção básica é investir no futuro da saúde pública, reforçando a ideia de que todos têm o direito a um atendimento.

Em resumo, a atenção básica é um elemento essencial do sistema de saúde, encarregado de fomentar a saúde e prevenir enfermidades de forma acessível e unificada. A atenção básica, ao priorizar o acolhimento, a igualdade e a integralidade do cuidado, auxilia na formação de uma sociedade mais saudável e equitativa. Assim, apostar na atenção primária é apostar no futuro da saúde pública, reforçando a noção de que todos têm o direito a um serviço de qualidade.

As informações epidemiológicas são fundamentais para entender a dinâmica da saúde em diversos níveis geográficos, abrangendo tanto o cenário mundial quanto o local. Essas informações permitem examinar a distribuição, a frequência e os fatores determinantes das doenças em grupos específicos, sendo essenciais para a criação de políticas públicas de saúde e disciplinas efetivas. No cenário global, a Organização Mundial da Saúde (OMS) detectou tendências epidemiológicas que afetam a saúde pública, englobando enfermidades infecciosas, enfermidades não contagiosas e aspectos ligados à saúde ambiental.

O Relatório Mundial de Saúde 2023 da Organização Mundial da Saúde indica que enfermidades como diabetes e doenças cardiovasculares persistem como as principais causas de óbito globalmente, especialmente em nações de renda baixa e média. Por outro lado, a pandemia de COVID-19 destacou a fragilidade dos sistemas de saúde e destacou a importância do acompanhamento em tempo real das enfermidades.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Ministério da Saúde são

encarregados da coleta de informações epidemiológicas, tendo como um dos maiores obstáculos a disparidade no acesso à saúde. O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde de 2023 revela que as enfermidades crônicas não contagiosas, como as respiratórias e cardiovasculares, contribuem significativamente para a morbidade, ao passo que as infecções, como a dengue e a COVID-19, persistem como um risco significativo, especialmente em áreas mais vulneráveis.

No estado do Espírito Santo, as informações epidemiológicas refletem tanto as tendências nacionais quanto os desafios locais. De acordo com a Secretaria de Saúde do Espírito Santo, as taxas de sífilis e hanseníase ultrapassaram a média do país em certas regiões, destacando a necessidade urgente de campanhas de sensibilização e prevenção. Depois dos impactos da COVID-19, a saúde mental tornou-se uma preocupação crescente, evidenciada pelo crescimento na procura por serviços dessa natureza em todo o território estadual.

Os dados epidemiológicos do município de Presidente Kennedy mostram uma realidade distinta. Dados da Secretaria Municipal de Saúde apontam que as queixas mais frequentes dos habitantes estão relacionadas a problemas de gripe e hipertensão, um padrão que é habitual em áreas com intensa atividade econômica, focada na indústria e na agricultura. A administração local vem implementando programas de prevenção e promoção da saúde, dando ênfase à educação em saúde e ao acompanhamento constante das condições mais comuns.

Assim, as informações epidemiológicas são fundamentais para o planejamento e implementação de medidas de saúde pública em todos os níveis, desde o global até o local. Em Presidente Kennedy, tal como em outras áreas, a avaliação dessas informações direciona-se à criação de políticas, à distribuição de recursos e à execução de ações efetivas para melhorar a saúde da população. A cooperação entre vários níveis governamentais e o envolvimento direto da comunidade serão essenciais para lidar com os futuros desafios epidemiológicos.

No Espírito Santo, há um Núcleo conhecido como Margaridas, um coletivo local e relevante no estado, voltado para a defesa dos direitos femininos e a batalha pela igualdade de gênero. O Núcleo, criado por um conjunto de mulheres comprometidas com causas sociais, é reconhecido por sua atuação em diversas áreas, com o objetivo de fortalecer as mulheres da comunidade por meio da educação, capacitação e suporte psicológico.

Situado em um cenário onde a violência de gênero e a disparidade social

continuam sendo grandes desafios, o Núcleo Margaridas oferece workshops, conferências e workshops que discutem tópicos como saúde, empreendedorismo, direitos legais e autocuidado. Além disso, o Núcleo atua como um suporte para pessoas que lidam com situações de vulnerabilidade, oferecendo um ambiente seguro e receptivo.

Uma das ações centrais do Núcleo é o reforço da rede de apoio entre as mulheres, incentivando a solidariedade e a amizade entre as participantes. Esta partilha de experiências e conhecimentos é crucial para a formação de uma consciência coletiva capaz de enfrentar os desafios e buscar mudanças sociais. Além disso, o Núcleo Margaridas também desenvolve campanhas de conscientização e ações sociais que visam sensibilizar a sociedade sobre a importância da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. Com parcerias de instituições locais e movimentos sociais, o Núcleo se empenha em criar um ambiente mais justo e igualitário para todos.

O Núcleo Margaridas conduz campanhas de sensibilização e iniciativas sociais com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre a relevância da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. Através de colaborações com entidades locais e movimentos sociais, o Núcleo busca estabelecer um ambiente mais equitativo e justo para todos.

O Núcleo Margaridas atende aos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Rio Novo do Sul, Piúma e Presidente Kennedy. Está localizado na Rua Padre João Arriagui, 172, Centro, Anchieta-ES.

O município de Anchieta fica localizado no estado do Espírito Santo, Brasil. Anchieta é uma cidade litorânea pertencente à região sul do estado, situada a cerca de 90 quilômetros da capital Vitória.

O Núcleo Margaridas serve como um modelo inspirador de como a cooperação e o poder coletivo podem resultar em mudança social. Com suas ações, o Núcleo não apenas reforça as mulheres do Espírito Santo, mas também colabora para um futuro mais justo e igualitário para todos.

2.3 INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A violência, em suas diversas manifestações, persiste como um dos principais desafios sociais que impactam a qualidade de vida e a saúde dos indivíduos afetados.

Neste cenário, é essencial a integração dos serviços de assistência às vítimas para garantir uma resposta e eficiência às suas demandas. A efetividade no restabelecimento de vítimas de violência não se baseia apenas em atendimentos individuais, mas na progressão entre diversos serviços, tais como centros de referência, delegacias, serviços de saúde e assistência psicológica. Este capítulo procura investigar essa integração, debatendo como um modelo de rede de proteção pode ter um impacto positivo na recuperação das vítimas e na efetividade do socorro. A literatura atual enfatiza a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e integrada no atendimento a vítimas de violência (Boserup et al., 2021). O atendimento fragmentado muitas vezes resulta em um serviço ineficaz, onde as vítimas se veem obrigadas a recorrer a diferentes locais sem um suporte unificado. A articulação entre serviços torna-se, então, um fator determinante para o sucesso da recuperação. Um modelo de rede de proteção, que inclui a colaboração entre delegacias, serviços de saúde mental, centros de referência e organizações não governamentais, é essencial para garantir que as vítimas recebam o suporte necessário de maneira contínua e consistente (Draper et al., 2022).

Assim, os centros de referência desempenham um papel fundamental na orientação e apoio às vítimas. Por meio de um atendimento humanizado e especializado, esses centros oferecem serviços como acolhimento, orientação jurídica, apoio psicológico e encaminhamentos para outros serviços. Segundo Ferreira e Menezes (2023), a proximidade desses centros com as comunidades é um aspecto crucial, pois facilita o acesso das vítimas e a sensibilização sobre seus direitos, promovendo um ambiente de acolhimento e segurança. As delegacias, por sua vez, são o ponto de contato inicial para muitas vítimas.

No entanto, a forma como essas instituições atuam tem um impacto significativo na provisão das vítimas em busca de ajuda. A articulação entre delegacias e centros de referência é fundamental para garantir que as vítimas recebam não apenas o suporte judicial, mas também emocional e psicológico (Gomes et al., 2023). Políticas que promovem treinamentos para os profissionais da segurança pública em relação ao atendimento humanizado e à escuta ativa podem contribuir para a redução da revitimização e para um ambiente mais acolhedor (Lima et al., 2022).

O papel dos serviços de saúde também não pode ser subestimado. A literatura contemporânea destaca a importância de uma estratégia integrada e multidisciplinar no cuidado às vítimas de violência (Boserup et al., 2021).

Frequentemente, o serviço fragmentado leva a um serviço ineficiente, forçando as vítimas a procurar diferentes locais sem um apoio unificado. Portanto, a progressão entre os serviços se torna um elemento crucial para o sucesso da recuperação. É crucial um modelo de rede de proteção que envolve a cooperação entre delegacias, serviços de saúde mental, centros de referência e entidades não governamentais, para garantir que as vítimas sigam o apoio necessário de forma constante e consistente (Draper et al., 2022).

Portanto, os centros de referência têm um papel crucial na orientação e assistência às vítimas. Através de um serviço especializado e humanizado, esses centros propõem serviços como acolhimento, orientação jurídica, suporte psicológico e direcionamentos para outros serviços. De acordo com Ferreira e Menezes (2023), a proximidade desses centros com as comunidades é fundamental, uma vez que simplifica o acesso às vítimas e a conscientização sobre seus direitos, fomentando um ambiente de acolhimento e proteção.

Por outro lado, as delegacias representam o primeiro contato para muitas vítimas. Contudo, a maneira como essas entidades funcionam afeta significativamente a provisão das vítimas em procurar auxílio. A cooperação entre as delegacias e os centros de referência é crucial para garantir que as vítimas não obtenham apenas assistência jurídica, mas também emocional e psicológica (Gomes et al., 2023). Políticas que incentivam capacitações para os profissionais de segurança pública sobre atendimento humanizado e escuta ativa podem auxiliar na diminuição da revitimização e na criação de um ambiente mais receptivo (Lima et al., 2022).

A importância dos serviços de saúde não pode ser negligenciada. O atendimento às vítimas em serviços de urgência e emergência precisa ser organizado para recebê-las e prepará-las para a continuação do cuidado, incluindo encaminhamentos para serviços de saúde mental (Rebelo et al., 2022). A combinação desses serviços possibilita uma estratégia mais completa, garantindo que as vítimas obtenham assistência médica, psicológica e jurídica de maneira coordenada. Pesquisas indicam que essa estratégia unificada não só melhora a saúde mental dos atingidos, como também amplia sua disposição para registrar queixas formais, auxiliando no processo de justiça (Andrade & Silva, 2023).

Além disso, a formação contínua dos profissionais que atendem as vítimas é um elemento crucial para a eficácia desse modelo integrado. Profissionais bem treinados são mais capazes de considerar as necessidades das vítimas e de trabalhar

em equipe com outros serviços para oferecer um atendimento integral. A sensibilização da comunidade também é vital, uma vez que é responsável por criar um ambiente de apoio que incentive as vítimas a buscar ajuda (Fernandes, 2023). Campanhas de conscientização sobre os direitos das vítimas e programas de formação que abordam a temática da violência de gênero, por exemplo, são estratégias que podem fomentar uma cultura de acolhimento e luta contra a violência.

A integração dos serviços de atendimento às vítimas de violência representa um avanço significativo na busca por um suporte mais humano e eficaz. Modelos de rede de proteção que articulam centros de referência, delegacias, serviços de saúde e equipe multidisciplinar são fundamentais para a recuperação das vítimas e para a promoção de sua autonomia. A formação dos profissionais e a sensibilização da comunidade são igualmente imprescindíveis para transformar o atendimento em uma experiência que busca não apenas a recuperação física e emocional, mas também um fortalecimento das vítimas dentro de suas comunidades. Assim, a criação de um ambiente seguro e acolhedor pode contribuir para a dignidade e a justiça tão necessária para aqueles que enfrentam a violência.

2.4 VIOLÊNCIA CONTRA MULHER E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A violência doméstica é uma infração aos direitos humanos que impacta milhões de mulheres globalmente, prejudicando seu bem-estar, saúde, dignidade e, em muitos casos, suas existências. Esta aparência social se apresenta de várias maneiras, abrangendo violência física, psicológica, sexual e financeira. A Organização Mundial da Saúde (2021) prevê que uma em cada três mulheres foi vítima de violência física e/ou sexual durante a vida, destacando a magnitude e a seriedade desta questão. A relação entre a violência doméstica e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é crucial para entender as inter-relações entre a promoção da igualdade de gênero e o progresso social e econômico.

Os ODS, definidos pelas Nações Unidas em 2015, consistem em 17 objetivos globais que visam enfrentar desafios sociais, econômicos e ambientais até 2030. O ODS 5, que trata da igualdade de gênero, é particularmente relevante no contexto da violência contra a mulher, pois busca eliminar todas as formas de discriminação e violência que afetam mulheres e meninas. A violência contra a mulher é um obstáculo

significativo para o alcance da igualdade de gênero e para a implementação do ODS 5.

Estudos demonstram que a desigualdade de gênero, manifestada também pela violência, afeta não apenas a vida das mulheres, mas também o desenvolvimento das mulheres comunidades e sociedades como um todo. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Brasil (2020), uma em cada quatro mulheres já sofreu algum tipo de violência ao longo da vida, o que reflete uma cultura de desigualdade e impunidade que precisa ser erradicada.

A violência de gênero também afeta o ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), já que as mulheres que sofreram violência têm maior risco de desenvolver problemas de saúde mental e física. O trauma emocional produzido pela violência pode levar a problemas graves, como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático. Além disso, a violência sexual pode resultar em gravidez indesejada e doenças sexualmente transmissíveis, afetando a saúde reprodutiva das mulheres. Segundo a OMS (2021), mulheres que vivenciam violência têm até cinco vezes mais chances de contrair HIV do que aquelas que não foram agredidas.

O ODS 4 (Educação de Qualidade), por sua vez, está intrinsecamente ligado à questão da violência contra a mulher. A violência pode dificultar o acesso das mulheres à educação, perpetuando um ciclo de desigualdade e vulnerabilidade. A falta de educação e oportunidades de qualificação profissional contribui para a dependência econômica, tornando as mulheres mais suscetíveis a situações de violência. A educação é uma ferramenta poderosa para empoderar as mulheres e mudar as normas sociais corporativas.

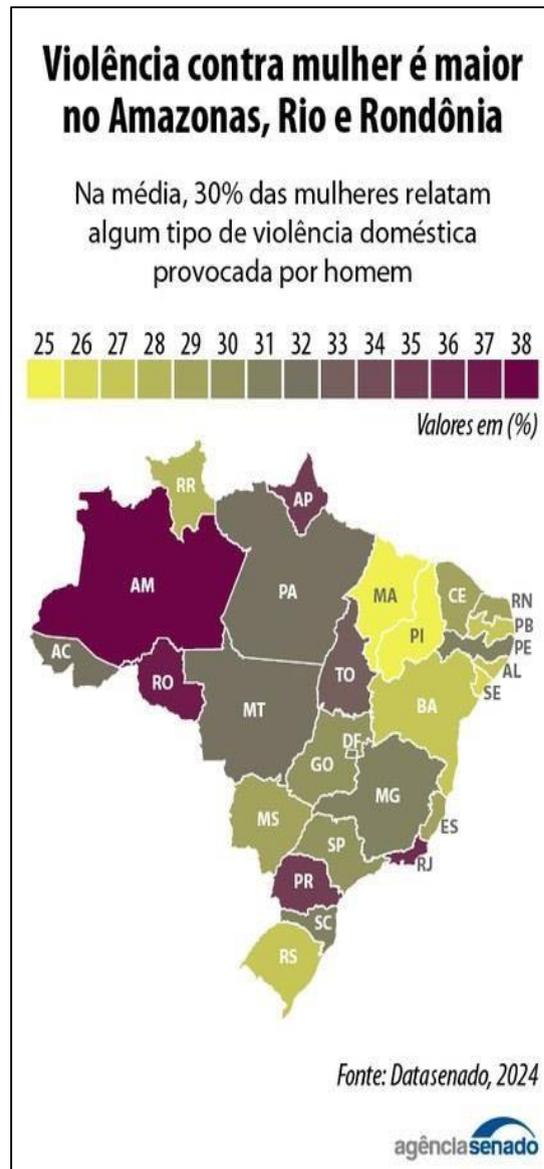
Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pela ONU em 2015, são 17 metas globais destinadas a lidar com desafios sociais, econômicos e ambientais até o ano de 2030. O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, que aborda a igualdade de gênero, é especialmente relevante no âmbito da violência contra as mulheres, uma vez que visa erradicar todas as formas de discriminação e violência que prejudicam mulheres e meninas.

A violência contra as mulheres representa uma entrada específica para a obtenção da igualdade de gênero e para a execução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5. Pesquisas indicam que a desigualdade de gênero, também refletida na violência, impacta não apenas a existência das mulheres, mas também o progresso das comunidades e sociedades em geral. Conforme Pesquisa Nacional de Saúde do

Brasil (2020), uma cada quatro mulheres já foi vítima de violência em algum momento da vida, evidenciando uma cultura de desigualdade e impunidade que precisa ser combatida.

A Figura 01 a seguir fornece uma visão visual da violência contra a mulher no Brasil, ressaltando as diversas formas de agressão e os números preocupantes que caracterizam essa situação. A figura demonstra, por meio de gráficos e estatísticas, não apenas a ocorrência de incidentes físicos, mas também os fatores psicológicos e emocionais que impactam as vítimas. Estes números evidenciam a necessidade de debater e colocar em prática políticas públicas mais eficientes para enfrentar essa questão social, além de enfatizar a relevância do empoderamento feminino e da educação na prevenção da violência.

Figura 01 – Violência contra a mulher no Brasil



FONTE: GOVERNO DO ESTADO DO EPÍRITO SANTO (2024).

A Figura 01 acima mostra e ressalta o impacto de violência contra as mulheres, com ênfase especial em estados como Amazonas (AM), Rio de Janeiro (RJ) e Rondônia (RO), onde os índices de ocorrência são preocupantes. Cerca de 30% das mulheres relatam sofrer algum tipo de violência doméstica, frequentemente praticada por homens. A apresentação visual das informações emprega uma gama de cores que vai do amarelo claro, que sinaliza percentuais mais baixos, até o roxo intenso, que indica níveis mais elevados de violência.

Esta gama de núcleos ajuda a compreender a gravidade do problema em várias partes do país, destacando que estados de núcleos mais escuros, como AM e RO, lidam com uma situação preocupante. A relevância desses dados é indiscutível para a elaboração de políticas públicas, pois evidencia a necessidade urgente de colocar na prática medidas que combatam a violência de gênero, especialmente nas regiões mais vulneráveis. As altas taxas de violência nessas áreas podem estar relacionadas a elementos socioeconômicos, culturais e históricos que fundamentam essa situação, impondo a necessidade de uma perspectiva multidimensional para tratar o problema. Além disso, é crucial considerar o papel dos ativistas e organizações locais que trabalham para oferecer suporte e recursos às vítimas, além de promover a educação sobre igualdade de gênero. Este envolvimento comunitário é vital para a eficácia de qualquer intervenção.

Além disso, é fundamental levar em contato o papel de ativistas e entidades locais que se dedicam a fornecer apoio e recursos às vítimas, além de fomentar a educação sobre a igualdade de gênero. Este envolvimento da comunidade é essencial para a efetividade de qualquer ação.

O mapa não representa apenas um problema grave que impacta a sociedade, como também destaca a demanda por disciplinas específicas ajustadas a vários contextos brasileiros. Portanto, a violência contra as mulheres é uma questão que requer atenção e medidas de toda a sociedade.

A violência de gênero impacta o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 (Saúde e Bem-Estar), pois as mulheres que passaram por violência apresentam um risco elevado de desenvolver problemas de saúde mental e física. A violência pode causar trauma emocional, resultando em problemas sérios como depressão, ansiedade e transtornos de estresse pós-traumático. Além disso, a violência sexual pode levar a uma gestação não planejada e a doenças sexualmente transmissíveis,

comprometendo a saúde reprodutiva feminina. Conforme a Organização Mundial da Saúde (2021), mulheres que sofreram violência têm até cinco vezes mais probabilidades de contrair HIV do que as que não sofreram violência.

Por outro lado, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (Educação de Qualidade) está diretamente associado ao tema da violência contra a mulher. A violência pode impedir que as mulheres tenham acesso à educação, perpetuando um ciclo de desigualdade e fragilidade. A ausência de educação e oportunidades de formação profissional aumenta a vulnerabilidade econômica das mulheres, tornando-as mais vulneráveis a situações de violência. A educação é um instrumento eficaz para fortalecer as mulheres e alterar os padrões sociais. Pesquisas indicam que a educação de meninas e mulheres é um dos métodos mais eficientes para diminuir a violência de gênero e fomentar a igualdade.

Igualmente, a violência contra a mulher afeta o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico). A violência não apenas restringe a participação das mulheres no mercado de trabalho, como também diminui sua produtividade e intensifica a mudança de emprego. Mulheres vítimas de violência muitas vezes são obrigadas a se ausentarem do trabalho, levando à perda de renda e oportunidades econômicas. Portanto, o empoderamento econômico das mulheres é um elemento crucial na prevenção da violência, e políticas que incentivam a participação feminina na economia devem ser priorizadas.

A conexão da violência de gênero com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 10 (Redução das Desigualdades) também é digna de nota. A violência contra as mulheres é uma consequência direta da discriminação e da desigualdade social. A exclusão de determinados grupos, como mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+, intensifica a violência que sofre. O combate às desigualdades precisa abranger a eliminação da violência de gênero em todas as suas manifestações, fomentando a inclusão e os direitos humanos para todos.

A Figura 02 a seguir mostra uma visão geral da violência contra as mulheres no Espírito Santo, destacando as várias formas de violência que as mulheres sofrem no estado. As informações apresentadas ressaltam não apenas a seriedade do cenário, mas também a progressão das estatísticas ao longo dos anos, destacando a urgência de políticas de prevenção e proteção. Ao analisar esta informação, podemos entender a escala do problema e a necessidade de engajamento social e institucional para a defesa dos direitos femininos e a formação de uma sociedade mais equitativa

e segura.

Figura 02 – Violência contra a mulher no ES



FONTE: AGÊNCIA SENADO (2024).

A Figura 02 refere-se a uma ferramenta de acompanhamento da violência contra a mulher, criada pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social. O layout hexagonal realça várias formas de violência, incluindo homicídios de mulheres, feminicídios, violência doméstica, tentativa de feminicídio, estupro, ameaças, violação de medida protetiva, perseguição, danos corporais e um mapa de distribuição de casos. Adicionalmente, cada categoria indica os dados da atualização mais recente, demonstrando um compromisso com a transparência e a avaliação constante dos dados.

A finalidade principal desta ação é garantir um monitoramento eficiente dos dados de violência, fundamentais para a elaboração de políticas públicas e medidas preventivas. A existência de uma metodologia sugere uma estratégia organizada para a coleta e interpretação de dados, que pode ser utilizada como fundamento para estratégias de intervenção por parte das autoridades envolvidas. Este instrumento de monitoramento visa não apenas informar, mas também conscientizar a sociedade sobre a gravidade da violência contra as mulheres, estimulando reflexões e ações em prol deste tema urgente.

A execução do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 e a eliminação da violência contra a mulher também exigem um envolvimento firme dos governos, da sociedade civil e do setor privado. É essencial estabelecer leis específicas, programas

de prevenção e assistência às vítimas para provocar transformações significativas. De acordo com a ONU Mulheres (2020), a aplicação eficaz de leis de proteção pode diminuir a violência em até 40%. Além disso, campanhas educativas e de sensibilização sobre a masculinidade saudável e o respeito às mulheres são fundamentais para alterar os padrões culturais que alimentam a violência baseada no gênero.

A "Iniciativa Spotlight" é um exemplo de ação positiva, uma colaboração global entre a União Europeia e a ONU com o objetivo de erradicar todas as formas de violência contra mulheres e meninas. Por meio do apoio a programas locais e nacionais, a iniciativa demonstrou potencial para estabelecer ambientes mais seguros e fomentar a igualdade de gênero (ONU Mulheres, 2021).

Os obstáculos na batalha contra a violência de gênero são consideráveis e intrincados, incluindo a resistência às transformações culturais e a exigência de uma estratégia estratégica. Contudo, a conexão entre a violência contra a mulher e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável fornece uma fundamentação robusta para a ação. A eliminação da violência contra as mulheres vai além de medidas reativas; exige uma mudança estrutural nas relações de poder e socialização.

Assim, para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é crucial a união de todos os segmentos da sociedade para eliminar a violência contra as mulheres. Isso não só cumprirá o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, como também auxiliará no avanço de outros objetivos, fomentando sociedades mais equitativas, justas e sustentáveis. Promover e proteger os direitos das mulheres deve ser uma prioridade mundial, essencial para o progresso e a harmonia global.

A violência contra as mulheres, em particular as negras, é um problema preocupante e intrínseco no Brasil, com particularidades que variam entre estados e cidades. As estatísticas indicam que as mulheres negras são mais vulneráveis à violência do que as mulheres brancas. Uma investigação realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2021 mostrou que 66,4% das mulheres que sofreram feminicídio eram negras ou pardas. O feminicídio, o homicídio de mulheres motivado por questões de gênero, é mais comum entre mulheres negras.

As informações do Mapa da Violência indicam um crescimento na mortalidade de mulheres negras em certas áreas, evidenciando a interseccionalidade entre raças e gêneros nas agressões que sofrem. Além disso, as mulheres negras são mais vulneráveis à violência doméstica, especialmente em ambientes onde a pobreza e a

desigualdade racial se agravam. O isolamento social, a ausência de suporte e os obstáculos para acesso a serviços de proteção e auxílio intensificam essa violência.

No Espírito Santo, esses obstáculos se tornam mais evidentes. No ano de 2021, houve um crescimento nos casos de feminicídio, sendo as mulheres negras as mais impactadas. Apesar de existirem políticas públicas focadas na luta contra a violência, é essencial que elas levem em conta a interseccionalidade e as particularidades das mulheres negras, que muitas vezes são ignoradas nessas ações.

Em Presidente Kennedy, uma cidade de menor porte, pode haver uma subnotificação de violência contra mulheres negras. As dinâmicas violentas costumam aumentar em comunidades menores, onde a opressão social é mais acentuada e as redes de suporte são restritas. A inacessibilidade aos serviços públicos e a questão da denúncia complicam a situação, impedindo que mulheres que sofreram violência procurem auxílio.

Neste contexto, a batalha contra a violência racial e de gênero é urgente e requer uma estratégia diversificada que envolva sensibilização, educação e a execução de políticas públicas sólidas. É crucial um compromisso firme com ações que garantam proteção e apoio às mulheres negras, especialmente em situações onde a desigualdade social e a violência estrutural são mais evidentes. É crucial consultar relatórios de entidades como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e outros estudos acadêmicos voltados para o tema.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a incidência da violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy, quanto ao número de casos, as políticas de atenção existentes e os impactos biopsicossociais sobre as vítimas.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Descrever a incidência da violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy
- ✓ Identificar os diferentes tipos de violência, como violência doméstica, sexual e psicológica;
- ✓ Identificar os fatores socioeconômicos, culturais e institucionais que contribuem para a ocorrência da violência contra a mulher no contexto municipal;
- ✓ Descrever as implicações físicas, psicológicas e sociais sobre as vítimas e suas redes de apoio.
- ✓ Descrever sobre o fluxo de atendimento no Centro sob a percepção dos profissionais

4 MÉTODOS

4.1 TIPO DO ESTUDO

Tratou-se de um estudo de abordagem mista, realizado em duas etapas.

A primeira etapa, foi realizado em estudo de abordagem quantitativa, do tipo ecológico, exploratório, transversal, retrospectivo com utilização de dados secundários do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) para investigar o número de casos de violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy.

A segunda etapa, foi um estudo de abordagem qualitativa com foco na percepção da gestão sobre o fluxo de trabalho do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM).

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

O estudo sobre violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy foi realizado com base em dados coletados no CRAM com fluxo nos últimos 12 meses, entre janeiro de 2023 a janeiro de 2024. O município possui uma população de aproximadamente 12.000 habitantes, com uma predominância de mulheres, representando cerca de 52% da população total.

O CRAM é um equipamento da política pública de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, vinculado à Secretária Municipal de Assistência Social de Presidente Kennedy, em 08 de julho de 2021 foi aprovado a Portaria/SEMAS /Nº 057 e em 04 de agosto foi inaugurado o Centro de Referência de Atendimento à Mulher. Esse equipamento tem o objetivo de atender e encaminhar mulheres em situação de violência, além de fornecer informações técnicas e estatísticas para a gestão pública.

A pesquisa teve como objetivo estimar o número de casos de violência contra a mulher nessa região, analisando diferentes tipos de violência, como física, psicológica, sexual e patrimonial. Além disso, foram identificadas e analisadas as políticas de atenção disponíveis para as mulheres vítimas de violência no município, considerando tanto as ações realizadas pelo poder público.

4.3 AMOSTRA

Para primeira etapa, por se tratar de um estudo retrospectivo com base em dados secundários; a amostra teve um total de 498 fichas de mulheres, considerando os meses de janeiro de 2023 a janeiro de 2024.

Foram 498 composta por mulheres residentes na cidade, com idade de 18 a 60 anos em diante, a seleção da amostra foi feita com base em denúncias recebidas por meio do CRAM do município de Presidente Kennedy, com fluxo nos últimos 12 meses, Ministério Público, CRAS, Educação, Saúde, Delegacia Civil, Poder Judiciário, Conselho Tutelar e pelo Boletim (BU) da Polícia Militar e profissionais do CRAM.

Na segunda etapa, contou com 01 profissional da gestão do Centro de Referência de Atendimento à Mulher que foi entrevistado.

4.3.1 Critérios de Inclusão

Para primeira etapa, foram consideradas as mulheres residentes no município de Presidente Kennedy - a pesquisa focou em mulheres que vivem no município em questão, a fim de obter informações específicas sobre a realidade local, e foi direcionada a um grupo etário específico, como mulheres de 18 a 60 anos em diante. A pesquisa incluiu mulheres que vivenciaram diferentes formas de violência, como violência doméstica, violência sexual, violência psicológica, entre outras.

Na segunda etapa, foi considerado o profissional do Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

4.4 COLETA DE DADOS

Na primeira etapa, por se tratar de um estudo retrospectivo, mediado pelo sistema de informação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher, tem-se a dispensa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), pois essas mulheres não serão abordadas diretamente, uma vez que os dados utilizados serão secundários. Assim, a coleta aconteceu por meio dos dados compilados por esse sistema, respeitando o anonimato e qualquer situação que coloque em risco a confidencialidade dos dados.

Na segunda etapa, os dados foram coletados por meio de entrevista. Por se tratar de uma coleta diretamente com o público, essa etapa necessitou de TCLE.

Nesta etapa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um profissional que trabalha no Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Presidente Kennedy.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Na etapa 1, a análise dos foi feita de forma a compreender o número de casos desse tipo de violência, conhecer as políticas de atenção existentes e avaliar os impactos biopsicossociais nas vítimas. Foi construído um banco de dados para análise estatística, no qual todas as informações relativas a cada caso serão descritas na forma de variáveis. Para processamento e análise, os dados foram primeiramente armazenados numa planilha eletrônica e, logo após, transformados em gráficos para discussão.

Na etapa 2, após a entrevista, as respostas foram transcritas e compiladas em Excel, sendo analisadas analisada de forma descritiva.

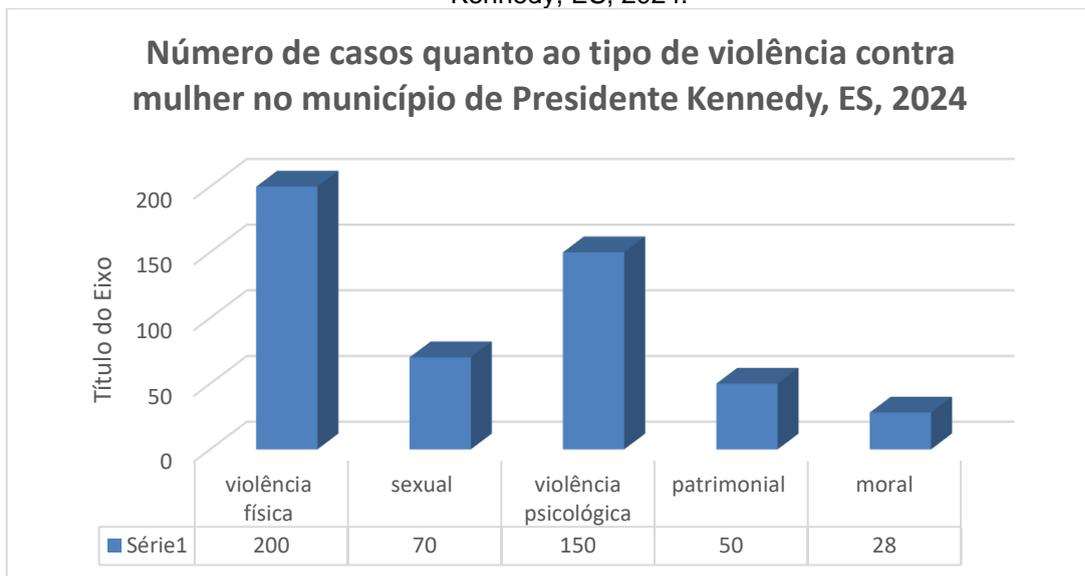
4.6 ASPECTOS ÉTICOS

O estudo seguiu as recomendações da Resolução 466 de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e se faz necessário a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) devido a utilização de dados secundários que não são de controle público, assim como pelas entrevistas que foram realizadas, sob o parecer de número 6.929.160.

5 RESULTADOS

Em Presidente Kennedy, no Espírito Santo, foram contabilizados um total de 498 incidentes de violência, com uma distribuição relevante entre os variados tipos de violência que a população sofreu. O estudo apresentou um cenário de um total de 498 casos durante janeiro de 2023 a janeiro de 2024, em que a violência física foi a mais frequente, com 200 (40,16%) ocorrências, seguida por violência psicológica (150 / 30,12%), sexual (70 / 14,06%), patrimonial (50 / 10,04%) e moral (28 / 5,61%) e as mulheres brancas foram as mais acometidas (250 / 50%), conforme a Figura 03 abaixo:

Figura 03: Número de casos quanto ao tipo de violência contra mulher no município de Presidente Kennedy, ES, 2024.



FONTE: Dados coletados pela pesquisadora.

A análise da Figura 03, que representa a distribuição dos diferentes tipos de violência contra a mulher em Presidente Kennedy, ES, entre janeiro de 2023 e janeiro de 2024, oferece uma visão completa da situação preocupante da violência de gênero na cidade. A pesquisa contabilizou um total de 498 ocorrências, destacando a magnitude desta particularidade e a necessidade urgente de medidas e políticas efetivas.

Ao examinar as modalidades de violência, observa-se que a violência física, com 200 ocorrências, corresponde a 40,16% do total, sendo o tipo de agressão mais comum. Esta informação é preocupante, já que uma agressão física pode resultar em

lesões graves e consequências para a saúde física e mental das vítimas. Em segundo lugar, a violência psicológica, com 150 ocorrências (30,12%), destaca um ponto igualmente preocupante, pois seus impactos são frequentemente silenciosos e podem progredir para situações graves de ansiedade e depressão.

Frente a outro desafio, a violência sexual, com 70 ocorrências (14,06%), expõe uma dimensão ainda mais profunda da experiência de violência, caracterizada por traumas que podem persistir por toda a existência. A violência patrimonial, com 50 casos (10,04%), destaca uma outra dimensão do problema, em que a perda ou apropriação de bens materiais prejudica a independência financeira das mulheres. Finalmente, a violência moral, com 28 ocorrências (5,61%), apesar de ser menos comum, também é relevante para causar prejuízos à dignidade e à autoestima das vítimas.

A caracterização das vítimas, que aponta que 50% são mulheres brancas, indica a necessidade de investigar as interseccionalidades da violência de gênero. É crucial explorar como raça, classe e outras identidades sociais relacionadas à experiência de violência, permitindo uma avaliação mais detalhada do risco que mulheres de diversas etnias enfrentam, além das dificuldades que podem surgir para encontrar ajuda.

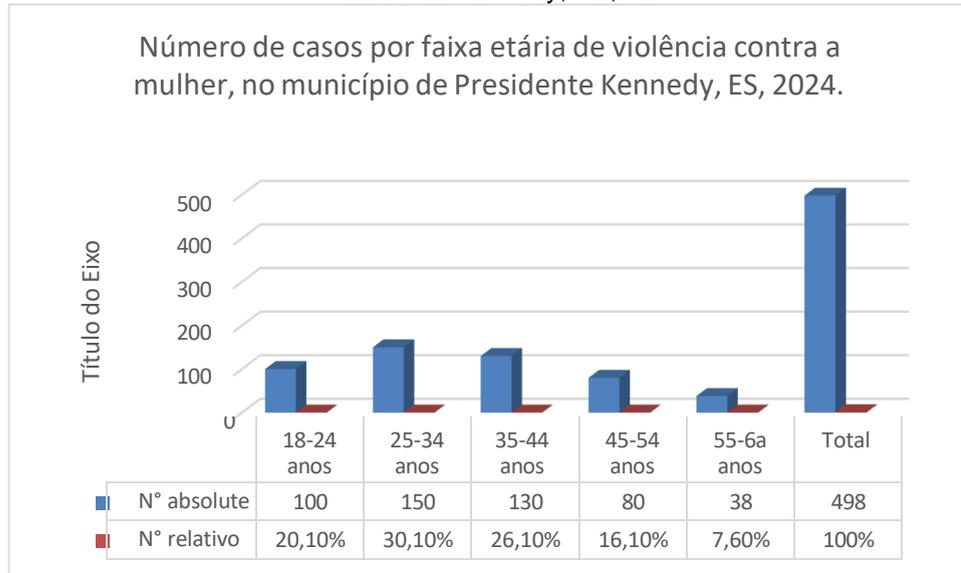
Com esses dados preocupantes, fica clara a necessidade urgente de estabelecer políticas públicas que não apenas enfrentem a violência de maneira imediata, mas também proporcionem apoio psicológico e assistência social a todas as vítimas. Além disso, é crucial a implementação de programas de sensibilização e educação para dismantelar a cultura da violência e promover o respeito e a igualdade de gênero desde a tenra idade.

Finalmente, é vital garantir que as vítimas tenham acesso a serviços de suporte psicológico, legal e social, essenciais para sua recuperação e reinserção na sociedade. A avaliação da situação em Presidente Kennedy destaca a necessidade de um esforço conjunto e multifacetado para combater a violência de gênero, direcionando recursos e atenção para este tema vital, com o objetivo de proteger e auxiliar as mulheres impactadas.

Na Figura 04 a seguir, representa a distribuição das vítimas de violência contra a mulher por idade. As mulheres que sofrem violência no município de Presidente Kennedy/ES afetam uma vasta faixa etária, destacando para a faixa etária de 25 a 34 anos, que são as jovens adultas. Na faixa etária de 18 a 24 anos, foram registradas

100 vítimas, o que representa 20,1% do total de 498 casos

Figura 04: Número de casos por faixa etária de violência contra a mulher, no município de Presidente Kennedy, ES, 2024.



FONTE: Dados coletados pela pesquisadora.

As informações apresentadas mostram a distribuição etária das vítimas em um contexto específico, somando 498 ocorrências. O grupo etário mais impactado é o de 25 a 34 anos, que corresponde a 30,10% do total, demonstrando que os adultos jovens são especialmente suscetíveis. Depois, a faixa etária de 35 a 44 anos representa 26,10%, indicando que, apesar da juventude ser mais representativa em termos numéricos, pessoas um pouco mais velhas também correm riscos consideráveis.

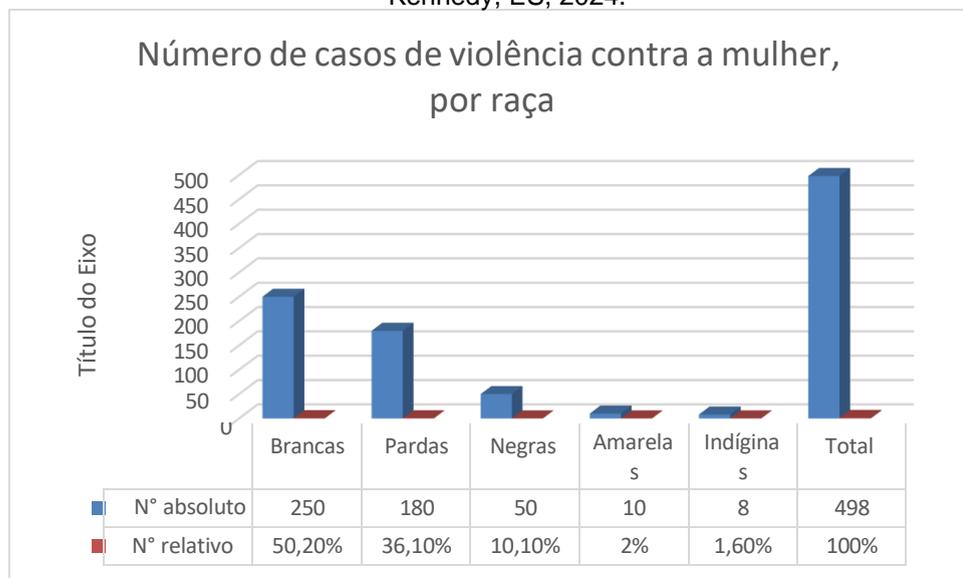
Por outro lado, a faixa etária de 18 a 24 anos representa 20,10% do total, estabelecendo que os jovens, durante a transição para a vida adulta, estão igualmente sujeitos a situações que podem resultar nessas vítimas. Contudo, as idades superiores aos 44 anos revelam uma redução na taxa de vítimas: 16,10% para os de 45 a 54 anos e apenas 7,60% para os de 55 a 64 anos. Essa redução pode sinalizar diversos fatores, como a diminuição da exposição a determinadas situações de risco ou uma resiliência possível desenvolvida ao longo da vida.

Essas informações são essenciais para entendermos o perfil etário das vítimas, possibilitando a implementação de políticas e intervenções mais eficientes, especialmente nas faixas que apresentam maior incidência. Isso pode envolver táticas de prevenção direcionadas a jovens adultos e adultos de meia- idade, fomentando um

ambiente mais seguro e reduzindo os perigos que esses grupos enfrentam. Portanto, a avaliação minuciosa das faixas etárias não só fornece informações sobre a incidência dos casos, como também auxilia na criação de respostas sociais e políticas públicas.

A Figura 05 apresenta a distribuição dos casos de violência doméstica em Presidente Kennedy, ES, em 2024, categorizados por raça. As informações fornecidas revelaram detalhes detalhados sobre a violência de gênero na cidade, destacando como as diversas etnias lidam com essa questão de forma desequilibrada. A avaliação dos dados evidencia a necessidade prévia de estabelecer políticas públicas mais eficientes e focadas, levando em conta as particularidades raciais presentes nas experiências de violência vivenciadas por mulheres locais. Esta ilustração gráfica não se limita a quantificar ocorrências, mas também estimula uma análise crítica das estruturas sociais e culturais que perpetuam a violência e a desigualdade racial.

Figura 05: Número de casos de violência contra a mulher, por raça, no município de Presidente Kennedy, ES, 2024.



FONTE: Dados coletados pela pesquisadora.

Por fim, para entender a dinâmica e o progresso deste problema social, apresenta-se a Figura 06, que mostra a ocorrência de casos de violência ao longo dos meses de 2023.

Figura 06 – Registro de violência ao longo dos meses



FONTE: Dados coletados pela pesquisadora.

Em Presidente Kennedy, no Espírito Santo, o número de casos de violência doméstica variou ao longo do ano, totalizando 498 ocorrências. No mês de janeiro, foram contabilizados 30 casos, o que equivale a cerca de 6% do total, havendo um aumento ao longo dos meses pesquisados, em destaque para o mês de junho, que tiveram 70 casos, o que representa cerca de 14% do total.

A Figura 07, intitulada "Fontes de denúncia", apresenta um panorama das principais vias utilizadas pelas vítimas para relatar casos de violência, além de retratar a eficácia e a acessibilidade desses canais no município, em destaque para o CREAS e a Polícia Militar.

Figura 07 – Fontes de denúncia



FONTE: Dados coletados pela pesquisadora.

5.1 ENTREVISTA APLICADA AO GESTOR DO CRAM

A entrevista foi conduzida com uma funcionária do CRAM, de 38 anos, que atua no centro há mais de 04 anos, discutiu a importância crucial dessa entidade na supervisão e administração das atividades profissionais ligadas ao serviço social e áreas correlatas.

O CRAM é essencial para garantir a excelência e a ética na prestação de serviços à comunidade, fomentando o bem-estar social. Durante a entrevista, o foco foi entender as principais estratégias e desafios enfrentados pela gestão do CRAM, além de explorar a visão do representante sobre o futuro das profissões regulamentadas e as inovações que podem impactar o setor. O intuito foi enfatizar aspectos relevantes da administração do CRAM e o efeito de suas ações na formação e desenvolvimento profissional, apoiando sua importância para o progresso social no país.

Na entrevista, o objetivo foi compreender as principais estratégias e obstáculos que a administração do CRAM enfrenta, bem como conhecer a perspectiva do representante sobre o futuro das profissões regulamentadas e as inovações que podem afetar o setor.

O Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (CRAM) foi implementado em Presidente Kennedy para atender à demanda crescente de serviços especializados para mulheres que sofreram violência doméstica. A ideia surgiu ao perceber que muitas mulheres, após receberem atendimento no CRAM, precisaram de um serviço específico para o acolhimento e monitoramento de suas necessidades particulares. A aprovação da criação do CRAM em julho de 2021 é um marco importante na política pública local, oferecendo às mulheres o suporte necessário para superar situações de violência, consolidar sua cidadania e garantir sua independência.

No CRAM, são oferecidos diversos serviços com foco no atendimento multiprofissional e na promoção da autonomia econômica, como o Programa de Inclusão Produtiva, que visa inserir mulheres em vulnerabilidade socioeconômica no mercado de trabalho. Além disso, a equipe técnica realiza acolhimento humanizado, escuta psicológica e encaminhamentos para benefícios emergenciais, eventualmente atendendo às múltiplas necessidades das vítimas. A abordagem respeitosa e sensível

dos profissionais é fundamental, pois as mulheres que chegam ao CRAM enfrentam frequentemente sérios traumas psicológicos; muitas vezes, elas estão numa situação de dependência emocional do agressor, o que dificulta seu reconhecimento e a busca por ajuda. A presença de uma rede de apoio pode fazer a diferença no processo de superação da violência, com mulheres mais conectadas a esse suporte se sentindo mais seguras para buscar assistência.

Essa entrevista foi realizada pela própria pesquisadora, de forma presencial em ambiente adequado, de acordo com a Tabela 01 a seguir:

Tabela 01 – Principais evidências encontradas. Presidente Kennedy, ES, 2024.

<p>1- Como surgiu o CRAM?</p>	<p>O CRAM foi implementado para prestar assistência a mulheres com mais de 18 anos que sofrem violência doméstica, atendendo a uma necessidade identificada no CREAMS. Estabelecido em Presidente Kennedy em 2021, seu objetivo é fornecer hospedagem e assistência especializada.</p>
<p>2- Quais são os principais serviços oferecidos para as mulheres no município no que tange ao enfrentamento a violência em políticas públicas da Assistência Social?</p>	<p>O CRAM em Presidente Kennedy é um local que fornece amparo e direcionamento a mulheres que sofreram violência, com o objetivo de ajudá-las a superar, fortalecer e recuperar sua cidadania e autonomia.</p>
<p>3- Quais são as políticas públicas do município no que tange a promoção de políticas de autonomia econômica para as mulheres?</p>	<p>A lei do Programa de Inclusão Produtiva Mais Caminhos, promulgada em novembro de 2023, tem como objetivo conectar famílias em situação de vulnerabilidade social ao mercado de trabalho, fomentando a independência financeira das mulheres e auxiliando na superação da violência, assegurando seus direitos e dignidade.</p>
<p>4- Existe alguns benefícios eventuais que a mulher que passou por violência recebe de imediato?</p>	<p>Depois de uma análise técnica, fornecemos assistência à mulher com cestas básicas, vale-feria, colchões, mantas e kit de maternidade, por meio da rede socioassistencial. Além disso, oferecemos transporte para a realização do exame de corpo de delito e ajudamos na inscrição para o único cadastro para benefícios do governo.</p>
<p>5- Como é o fluxo de mulheres que são atendidas? E qual a percepção de vocês frente ao fluxo?</p>	<p>As mulheres chegam ao CRAM através de agendamento da rede de assistência a vítimas de violência ou por solicitação própria. Nota-se um alto índice de reincidência de violência, com muitas pessoas incapazes de quebrar o ciclo devido à persistência da violência no contexto familiar. Além disso, a revitimização acontece quando as mulheres são obrigadas a relatar suas experiências traumáticas repetidamente em diversos serviços. Para lidar com esses desafios, o CRAM desenvolveu a escuta psicológica personalizada como estratégia de apoio.</p>

<p>6- Como se dá o acolhimento após os atendimentos? Vocês possuem uma organização para acompanhar as vítimas e evoluções?</p>	<p>No CRAM, a recepção calorosa é seguida pelo suporte técnico, ambos compostos exclusivamente por mulheres para garantir um ambiente seguro e acolhedor. A equipe técnica respeita as escolhas das usuárias, apoio confortável para que possam quebrar o ciclo de violência, mas sempre deixando a decisão final com elas.</p>
<p>7- Quais são os serviços que o CRAM oferece as mulheres vítimas de violência?</p>	<p>Assistência multidisciplinar e personalizada que engloba suporte social, assistência psicológica, visitas domiciliares, conselhos, incentivo à geração de renda, atividades em grupo, grupos de reflexão, busca ativa e aconselhamento jurídico, com o objetivo de superar a violência contra a mulher.</p>
<p>8- Como são os encaminhamentos? Como os casos chegam, existe um tempo de espera?</p>	<p>A Polícia Militar e a Guarda Municipal encaminham as vítimas de violência através do Boletim Unificado, que é enviado semanalmente ao CRAM. Também são encaminhadas para exames de corpo delicado por delegacia. O Poder Judiciário exige assistência psicossocial por meio de ofício, enquanto a Central Teleflagrante fornece assistência por meio de videoconferência. Outros serviços de saúde e</p>
	<p>assistência são contatados através de memorandos e e-mails, enquanto a vigilância em Saúde fornece relatórios mensais sobre os atendimentos realizados. A equipe técnica determina o tempo de resposta, porém, também há assistência espontânea disponível para mulheres.</p>
<p>9- Diante aos casos que vocês acessam, qual é a percepção que vocês profissionais possuem frente a importância ao centro de referência de atendimento à mulher em situação de violência?</p>	<p>A cidade de Presidente Kennedy se destaca por possuir o único Centro de Referência para Atendimento à Mulher Vítima de Violência do Estado, evidenciando o comprometimento da administração na defesa das mulheres. O CRAM proporciona um ambiente receptivo e protegido, onde eles podem procurar suporte e direção sem julgamento. O horário destaca: "VOCÊ NÃO ESTÁ SÓ."</p>
<p>10- Em relação ao sentimento dessa mulher, diante da percepção de vocês profissionais, como elas entendem que estão sendo agredidas e como elas enfrentam quando se tem a dependência emocional por parte do agressor?</p>	<p>Frequentemente, mulheres que sofrem violência têm dificuldade em identificar a agressão devido à normalização da violência, à manipulação psicológica do agressor e à dependência emocional, que as leva a acreditar que não podem existir sem ele, prejudicando sua autoestima e legitimando atitudes violentas.</p>
<p>11- Qual é o histórico dessas mulheres? Existe a questão da cultura, para elas é algo normalizado?</p>	<p>Os relatos de violência doméstica geralmente seguem padrões comuns, incluindo: histórico de violência desde a infância, autoestima reduzida, isolamento social, dependências (financeiras e emocionais), abandono, uso excessivo de substância, dificuldade de acesso a serviços, temor de represálias, convicções culturais e religiosas, além de enfermidades mentais.</p>
<p>12- A vítima que possui rede de apoio, como elas agem face a este fato, diferentemente das que não possuem?</p>	<p>A rede de apoio é crucial na luta contra a violência, oferecendo proteção e estímulo para que as mulheres procurem ajuda, enquanto sua falta pode intensificar o recebimento de ação.</p>

<p>13- Como vocês observam os aspectos psicológicos dessas mulheres quando chegam no CRAM?</p>	<p>As mulheres que ingressam no CRAM experimentam intenso sofrimento psicológico, frequentemente sem motivação para viver e sentindo-se impotentes para cuidar de suas vidas. Muitas pessoas estão expostas à violência por anos, particularmente a psicológica, que causa danos consideráveis à sua identidade, independência e autoconfiança, levando a problemas de saúde mental como ansiedade, depressão e pensamentos suicidas.</p>
---	---

FONTE: Dados coletados pela pesquisadora.

6 DISCUSSÃO

6.1 ANÁLISE QUANTITATIVA: DO NÚMERO DE CASOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A violência contra a mulher é um problema social sério e complexo, que requer não apenas a atenção da sociedade, mas também uma avaliação metódica e fundamentada em informações que expõem sua magnitude e particularidades. A pesquisa, realizada em duas fases, teve como objetivo iluminar essa questão no município de Presidente Kennedy, que possui uma população de cerca de 12.000 pessoas, com uma ligeira predominância de mulheres. A primeira fase desta pesquisa utilizou uma metodologia quantitativa, ecológica, exploratória e transversal, recorrendo a informações secundárias de entidades como o Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) para analisar o impacto de violência contra a mulher nos últimos 12 meses, do ano de 2023.

Esta pesquisa, que envolveu 498 mulheres (pesquisadas por meio de fichas), com predomínio da faixa etária de 18 a 60 anos em diante, raça branca (50%), baseou-se em denúncias provenientes de diversos órgãos e serviços, como o CRAM, o Ministério Público e a Polícia Militar, entre outros.

A avaliação da distribuição dos diferentes tipos de violência contra a mulher em Presidente Kennedy apresenta um cenário que está em sintonia com as percepções nacionais e internacionais sobre o tema. A preponderância da violência física (200 / 40,16% ocorrências) em relação a outras formas de violência, como a psicológica (150 / 30,12%), sexual (70 / 14,06%), patrimonial (50 / 10,04%) e moral (28 / 5,61%), indica a urgência de ações mais efetivas e unificadas para lidar com essa questão.

A violência psicológica, posicionada em segundo lugar no ranking, é particularmente sutil. Uma pesquisa conduzida por Boserup et al. (2021) ressalta a seriedade deste tipo de violência, que muitas vezes não é identificado como "violência" e, conseqüentemente, permanece oculto para as políticas públicas e para a sociedade como um todo. Essa ocultação pode ser clara por que a violência psicológica, mesmo não sendo tão evidente quanto a física, se manifesta em quantidades consideráveis.

As ocorrências de violência sexual (70 / 14,06%) e patrimonial (50 / 10,04%) também suscitam preocupações. A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), por exemplo, define orientações claras para a salvaguarda das mulheres nesses setores. No

entanto, a eficácia dessa lei no cenário local de Presidente Kennedy parece ainda estar aquém do esperado, conforme demonstrado pela predominância de casos sem o acompanhamento e apoio das autoridades locais.

Assim, segundo a Organização Mundial da Saúde (2021), a violência contra a mulher é um dos principais problemas de saúde pública, cujas consequências se estendem além do âmbito físico, afetando gravemente a saúde mental, social e econômica das vítimas. Isso é corroborado pelas reflexões de Andrade e Silva (2023), que identificam o impacto positivo da integração de serviços no atendimento a vítimas de violência. A ausência de uma abordagem integrada em Presidente Kennedy pode estar contribuindo para a alta ocorrência de violência física, indicando que as vítimas não podem receber o suporte necessário para lidar com as consequências dessa experiência traumática.

Outro aspecto relevante é o caráter multifacetado da violência contra a mulher, que frequentemente se entrelaça com outras formas de desigualdade, como gênero, raça e classe social. Silveira et al. (2014) ressaltam as articulações entre gênero e raça em situações de violência, o que poderia ser um foco de pesquisa adicional em Presidente Kennedy, considerando as particularidades socioeconômicas da região.

A avaliação dos dados referentes à idade das vítimas de violência doméstica no município de Presidente Kennedy revela uma situação preocupante que exige um debate mais detalhado. As informações fornecidas apontaram para um crescimento, como mostra a tabela 2, expressivo dos casos de violência entre 25 e 34 anos (150 vítimas / 30,12%) e 35 a 44 anos (130 / 26,21% vítimas), enquanto as idades mais avançadas, como 45 a 54 anos (80 / 16,06% vítimas) e 55 a 60 anos (38 / 7,63% vítimas), mostraram números significativamente mais baixos.

Esses dados refletiram um padrão que pode ser divulgado em várias pesquisas sobre a questão da violência de gênero. Segundo Andrade e Silva (2023), a desigualdade de gênero e a vulnerabilidade social são fatores que aumentam a ocorrência de violência, especialmente entre mulheres em idades produtivas, que estão frequentemente em situações de maior dependência econômica e emocional. A violência nesse grupo etário pode ser atribuída a uma combinação de fatores, como pressão social, conflitos familiares e a normalização de comportamentos violentos.

Além disso, a Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) representa um marco importante para o combate à violência contra a mulher, no entanto, sua eficácia depende da implementação adequada e do suporte multidisciplinar para as vítimas.

Boserup et al. (2021) discutem a importância de abordagens integradas que envolvem saúde, psicologia e assistência social, ressaltando que o apoio às vítimas deve ir além do judicial e poder incluir uma rede de serviços que atendam às especificidades de atendimento de cada faixa etária.

Ademais, a atuação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM) tem se mostrado fundamental para o acolhimento e suporte às vítimas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020) enfatiza a necessidade de profissionais capacitados para lidar com as demandas complexas que as mulheres apresentam, bem como a importância de treinamentos em atendimento humanizado, como apontado por Lima et al. (2022).

O que fica claro a partir desses dados é a necessidade urgente de uma maior sensibilização e engajamento da comunidade em prol da proteção das mulheres em todas as idades, especialmente nas faixas etárias mais afetadas. Iniciativas de sensibilização comunitária são fundamentais e podem ser corroboradas pelas pesquisas de Fernandes (2023), que mostram o impacto significativo de programas que buscam informar e apoiar as vítimas em suas realidades diárias.

Por fim, é crucial que o debate sobre violência de gênero continue a integrar vozes diversas e ações concretas que possibilitem não apenas a prevenção, mas também o suporte eficaz para mulheres que sobreviveram a essas situações. Esses dados refletem um padrão que pode ser identificado em diversas investigações sobre a violência do gênero. De acordo com Andrade e Silva (2023), a desigualdade de gênero e a vulnerabilidade social são elementos que elevam a ocorrência de violência, particularmente entre as mulheres em idade produtiva, que muitas vezes se encontram em contextos de maior dependência financeira e emocional. A ocorrência de violência entre essa faixa etária pode estar relacionada a uma série de fatores, incluindo pressão social, conflitos familiares e a normalização de atitudes agressivas.

A Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) é um marco significativo na luta contra a violência doméstica. Contudo, sua efetividade está atrelada à sua correta execução e ao apoio multidisciplinar às vítimas. Boserup et al. (2021) debatem a relevância de estratégias integradas que englobam saúde, psicologia e assistência social, enfatizando que o suporte às vítimas deve ultrapassar o suporte jurídico e abranger uma rede de serviços que possa atender às particularidades de cada idade.

O papel das Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM) tem sido crucial para acolher e apoiar as vítimas. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020)

destaca a demanda por profissionais envolvidos para gerenciar as demandas complexas das mulheres, além da relevância de treinamentos em atendimento humanizado.

A partir desses dados, fica evidente a urgência em aumentar a conscientização e o envolvimento da comunidade na defesa das mulheres, independentemente da idade, especialmente nas faixas etárias mais vulneráveis. Ações de conscientização da comunidade são essenciais e podem ser confirmadas pelos estudos de Fernandes (2023), que evidenciam o impacto específico de programas que visam informar e auxiliar as vítimas em suas vidas cotidianas.

A avaliação em relação às etnias/raças das mulheres vítimas de violência doméstica em Presidente Kennedy/ES, aponta uma predominância específica de mulheres brancas (250 / 50,40% casos), seguidas por pardas (180 / 36,10%), negras (50 / 10,1%), amarelas (10 / 2,0%) e indígenas (8 / 1,6%). Este padrão indica uma característica que precisa ser observada tanto no contexto acadêmico quanto nas políticas públicas.

A forte representação de mulheres brancas pode refletir não apenas a demografia da região, mas também um possível viés no reconhecimento e na denúncia da violência sofrida por grupos minoritários. A literatura sugere que a intersecção entre raças, etnias e gêneros é uma questão complexa e frequentemente negligenciada nas discussões sobre violência de gênero. Por exemplo, Silva e Santos (2023) discutem a importância da capacitação de profissionais no enfrentamento da violência contra a mulher, ressaltando como a falta de formação pode perpetuar desigualdades no atendimento a diferentes grupos étnicos.

Além disso, a Lei n. 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, estabelece medidas de proteção às mulheres em situação de violência, mas sua eficácia pode variar de acordo com o contexto social e étnico das vítimas. Andrade e Silva (2023) enfatizam que a integração de serviços é fundamental para o atendimento adequado às vítimas, destacando a necessidade de abordar as especificidades de cada grupo.

Boserup et al. (2021) ressaltam que abordagens multidisciplinares são essenciais para lidar com a violência contra as mulheres, apontando que a diversidade étnica e racial das vítimas deve ser um fator considerado nas intervenções. Essa abordagem se mostra crucial para compreender como as vivências de violência são distintas conforme a origem étnica das mulheres. Por exemplo, Silveira, Nardi e

Spindler (2014) discutem como as articulações entre gênero e raça/cor influenciam as experiências de violência, evidenciando que mulheres negras e indígenas enfrentam uma precariedade ainda maior no acesso a serviços de apoio.

No contexto de Presidente Kennedy, o número reduzido de vítimas negras (50) e indígenas (8) em comparação com os brancos e pardas pode sugerir barreiras de acesso a serviços de denúncia e acolhimento, além de possíveis fatores culturais que inibem essas mulheres de buscarem ajuda. Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2019) afirma que a violência contra mulheres negras é frequentemente invisibilizada, o que pode ser refletida nas estatísticas.

Assim, é crucial que as políticas governamentais de enfrentamento à violência contra a mulher em Presidente Kennedy levem em conta as especificidades raciais e étnicas. É crucial estabelecer programas de acolhimento e apoio que valorizem e atendam a essa diversidade para combater eficazmente a violência, conforme proposto por Oliveira (2022). A estratégia de sensibilização da comunidade, sugerida por Fernandes (2023), também se revela eficaz para fomentar transformações culturais e sociais que enfrentam a violência de gênero de maneira inclusiva.

Esse panorama evidencia a urgência de integrar uma perspectiva interseccional na discussão e práticas relacionadas à violência contra a mulher, garantindo que todos os grupos étnicos e raciais sejam visibilizados e atendidos nas políticas de combate e prevenção da violência. Este cenário destaca a necessidade de incorporar uma visão interseccional nas discussões e práticas ligadas à violência contra a mulher, garantindo que todos os grupos étnicos e raciais sejam reconhecidos e devidamente contemplados nas políticas de combate e prevenção da violência.

Portanto, é fundamental que as políticas públicas de combate à violência contra a mulher em Presidente Kennedy considerem as particularidades raciais e étnicas. A predominância de mulheres brancas pode não apenas refletir a demografia da área, mas também indicar uma possível visão de identificação e denúncia de violência sofrida por grupos minoritários. A literatura indica que a intersecção entre raça, etnia e gênero é um tema complexo e muitas vezes ignorado nas discussões acerca da violência de gênero. Por exemplo, Silva e Santos (2023) debatem a relevância da formação de profissionais para combater a violência contra a mulher, destacando como a ausência de treinamento pode perpetuar desigualdades no cuidado com diversos grupos étnicos.

Além disso, a Lei Maria da Penha, de 2006, também chamada de Lei Maria da

Penha, impõe medidas de proteção às mulheres em situação de violência. No entanto, a efetividade dessas medidas pode oscilar conforme o contexto social e étnico das vítimas. Andrade e Silva (2023) destaca a importância da integração de serviços para um atendimento protegido às vítimas, ressaltando a importância de considerar as particularidades de cada grupo.

Boserup e colaboradores (2021) destacam a importância de estratégias multidisciplinares para enfrentar a violência contra as mulheres, propondo que a diversidade étnica e racial das vítimas deve ser levada em conta nas intervenções. Essa perspectiva é fundamental para entender como as experiências de violência variam dependendo da origem das mulheres. Silveira, Nardi e Spindler (2014), por exemplo, debatem como as relações entre gênero e raça/cor impactam as vivências de violência, destacando que mulheres negras e indígenas enfrentam uma dificuldade ainda maior para acessar serviços de suporte.

Trazendo os detalhes por mês do ano de 2023, as informações sobre a ocorrência de violência contra mulher em Presidente Kennedy/ES durante o ano de o período de estudo que foi de janeiro de 2023 a janeiro de 2024. Notou-se um padrão preocupante na progressão desses registros, que variaram de 30 a 70 ocorrências mensais. Os meses de junho, com 70 ocorrências, e janeiro, com 30, foram as maiores ocorrências.

Esses dados podem ser contextualizados considerando a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que estabelece a necessidade de um sistema que garanta a proteção e o atendimento às mulheres em situação de violência. Apesar dos avanços legais, conforme mencionado por Andrade e Silva (2023), a integração dos serviços não tem se refletido em um aumento significativo dos casos registrados. Uma pesquisa do IPEA (2019) reforça que a violência contra a mulher persiste como um problema estrutural, muitas vezes invisibilizado pela sociedade.

A evolução dos índices mensais sugere que fatores sazonais ou instruções específicas podem ter impacto direto nas denúncias. De acordo com a pesquisa de Gomes et al. (2023), a efetividade das delegações especializadas tem papel crucial no acolhimento das vítimas, mas há uma necessidade de capacitação contínua dos profissionais no enfrentamento dessa violência (SILVA, SANTOS, 2023). É notável que os meses com maior registro, como junho e agosto, podem estar relacionados a campanhas de conscientização ou a um aumento na confiança das mulheres em denúncias.

Finalmente, é essencial que a discussão sobre a violência de gênero continue a incorporar várias vozes e medidas práticas que permitam não só a prevenção, mas também o apoio eficiente às mulheres que enfrentam tais situações. Entender as sutilezas dos dados é crucial para a criação de políticas públicas mais eficazes e humanizadas, que considerem prioridade à segurança e ao bem-estar feminino em Presidente Kennedy e em todo o Brasil.

No contexto das políticas públicas, Oliveira (2022) menciona programas de acolhimento e suporte que podem ter influenciado a disposição das mulheres em buscar ajuda. A sensibilização comunitária desempenha um papel importante nesse cenário, conforme argumento de Fernandes (2023), permitindo um ambiente mais favorável para a denúncia de casos de violência.

Foi destacado na pesquisa, algumas fontes de denúncia de violência contra a mulher em Presidente Kennedy, destacando a relevância de um sistema de suporte integrado e multidisciplinar. As informações da cidade indicam que o Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) liderou as reclamações com 200 casos, seguido pela Polícia Militar com 150, o Ministério Público com 50, e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com 40 casos.

Adicionalmente, organizações como Educação, Saúde, Judiciário e Conselho Tutelar avaliaram 58 denúncias. Esses dados possibilitam uma análise sobre a efetividade e a disponibilidade dos recursos ao alcance das vítimas. De acordo com Andrade e Silva (2023), a integração de serviços é crucial no atendimento a vítimas de violência. A predominância do CRAM como principal fonte de denúncias sugere que as políticas de assistência social no município estão funcionando, o que pode ser um reflexo de ações de sensibilização comunitária conforme sugere Fernandes (2023). A corresponsabilidade entre diferentes setores – saúde, educação e segurança pública – pode ser um fator importante para a criação de um ambiente mais seguro e acolhedor para as vítimas.

A atuação da Polícia Militar, com 150 denúncias, também se revela significativa. O papel das delegacias especializadas no atendimento à mulher, conforme indicado no relatório do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020), é fundamental para garantir um atendimento eficaz e humano, lembrando-se à abordagem holística defendida por Draper et al. (2022). A presença de espaços de acolhimento e suporte é essencial para aumentar a confiança das mulheres em denunciar e buscar ajuda.

Por outro lado, as denúncias vindas do Ministério Público, que totalizam 50,

podem indicar uma subnotificação de casos, indicando que muitas mulheres ainda sentem barreiras para denunciar a violência. Isso se alinha com estudos que enfatizam a necessidade de conscientização sobre os direitos e recursos disponíveis, conforme planejado por Ferreira e Menezes (2023).

Ao analisar as denúncias recebidas através de outros setores, cada uma contribuindo com 58 denúncias, é evidente que ações intersetoriais são fáceis. O fortalecimento do trabalho entre saúde, educação e segurança pode, conforme aponta Côrtes (2012), produzir um impacto positivo na prevenção da violência e no fortalecimento da rede de apoio às mulheres.

Portanto, as informações sobre as fontes de denúncia de violência contra a mulher em Presidente Kennedy revelam um panorama que, se por um lado destaca a importância dos serviços de assistência social e da polícia, por outro indica a persistência de desafios relacionados à conscientização e ao acesso à informação.

Conforme Andrade e Silva (2023), a integração de serviços é fundamental no cuidado com vítimas de violência. A maior ocorrência de denúncias no CRAM indica que as políticas de assistência social no município estão em operação, o que pode ser um reflexo de iniciativas de conscientização comunitária, como proposto por Fernandes (2023). A colaboração entre diversos setores, como saúde, educação e segurança, pode ser um elemento crucial para estabelecer um ambiente mais seguro e receptivo para as vítimas.

A atuação da Polícia Militar, que recebeu 150 denúncias, também é notável. Conforme destacado no relatório do Ministério da Justiça e Segurança Pública (2020), a função das delegacias especializadas no atendimento à mulher é crucial para garantir um serviço eficaz e humanizado, semelhante à perspectiva holística proposta por Draper et al. (2022). A existência de locais de acolhimento e apoio é crucial para fortalecer a confiança das mulheres em fazer denúncias e procurar ajuda.

No entanto, as 50 denúncias feitas ao Ministério Público podem indicar uma subnotificação de casos, indicando que muitas mulheres ainda enfrentam obstáculos para comunicar a violência. Isso está em sintonia com pesquisas que destacam a importância da sensibilização acerca dos direitos e recursos à disposição, conforme abordado por Ferreira e Menezes (2023).

Ao examinar as reclamações recebidas de outros setores, cada uma que contribuiu com 58 reclamações, deixa claro a necessidade de ações intersetoriais. Segundo Côrtes (2012), a intensificação da cooperação entre saúde, educação e

segurança pode gerar um efeito positivo na prevenção da violência e no reforço da rede de apoio às mulheres.

Assim, as informações sobre as fontes de denúncia de violência doméstica em Presidente Kennedy apresentam um cenário que, se por um lado ressalta a relevância dos serviços de assistência social e da polícia, por outro aponta a continuidade de obstáculos ligados à sensibilização e ao acesso à informação. A formação de uma rede coesa e receptiva pode ser otimizada, e a literatura sobre o assunto indica estratégias que podem ser inovadoras para fortalecer o apoio a mulheres vítimas de violência, destacando a necessidade urgente de políticas públicas sólidas e eficazes (Boserup et al., 2021; Silva e Santos, 2023).

Por fim, é importante considerar que o enfrentamento da violência contra a mulher exige uma abordagem multidisciplinar e integrada, conforme defendido por Boserup et al. (2021). O desafio persiste, a continuidade do monitoramento e análise dos dados é essencial para a implementação de estratégias eficazes na redução dos índices de violência, garantindo, assim, a proteção e os direitos das mulheres em Presidente Kennedy e em todo o Brasil.

Esses dados podem ser contextualizados levando em conta a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), que determina a exigência de um sistema que assegure a proteção e assistência às mulheres em situações de violência. Embora tenha conseguido progressos legais, conforme destacado por Andrade e Silva (2023), a integração dos serviços não tem resultado numa redução expressiva dos casos notificados. O estudo do IPEA (2019) destaca que a violência contra a mulher continua sendo uma questão estrutural, muitas vezes negligenciada pela sociedade.

A progressão dos índices mensais indica que elementos sazonais ou ações específicas podem afetar diretamente as reclamações. Segundo o estudo de Gomes et al. (2023), a eficácia das delegacias especializadas é fundamental para acolher as vítimas. No entanto, é necessária uma formação contínua dos profissionais para lidar com essa violência (Silva & Santos, 2023). É evidente que meses com maior número de denúncias, como junho e agosto, podem estar ligados a campanhas de sensibilização ou ao fortalecimento da confiança feminina em fazer denúncias.

Oliveira (2022) menciona programas de acolhimento e apoio que podem ter influenciado a propensão das mulheres em procurar auxílio. Segundo Fernandes (2023), a sensibilização da comunidade tem um papel crucial nesse contexto, criando um ambiente mais propício para a denúncia de situações de violência.

Finalmente, é crucial levar em conta que o combate à violência contra a mulher requer uma estratégia multidisciplinar e unificada, como proposto por Boserup et al. (2021). A dificuldade continua, e a manutenção do acompanhamento e avaliação dos dados é crucial para a aplicação de táticas eficientes na redução dos índices de violência, garantindo, dessa forma, a segurança e os direitos das mulheres em Presidente Kennedy e em todo o Brasil.

No contexto atual, enfatizamos a importância de intervenções que considerem a especificidade de cada serviço e a necessidade de um treinamento qualificado para os profissionais que atuam na linha de frente, de modo a garantir que as vítimas recebam o atendimento adequado e que se sintam seguros ao denunciar suas experiências (Lima et al., 2022). Com uma abordagem multidisciplinar e uma abordagem focada nas necessidades das mulheres, é possível avançar nas respostas e no acolhimento às vítimas de violência, promovendo um ambiente mais seguro e justo para todas.

No cenário atual, destaca-se a relevância das intervenções que levam em conta as particularidades de cada serviço e a exigência de uma formação adequada para os profissionais que estão na linha de frente, para garantir que as vítimas obtenham o cuidado protetor e se sintam protegidos. Ao relatar suas experiências (Lima et al., 2022). Com uma perspectiva multidisciplinar e um foco nas necessidades femininas, podemos progredir nas respostas e no acolhimento às mulheres vítimas de violência, fomentando um ambiente mais seguro e equitativo para todas.

Outro ponto importante é a complexidade da violência contra a mulher, que muitas vezes se relaciona com outras formas de desigualdade, tais como de gênero, raça e classe social. Silveira e colaboradores (2014) destacam as relações entre gênero e raça em contextos de violência, o que poderia ser um campo adicional de estudo em Presidente Kennedy, levando em conta as características socioeconômicas da área.

As informações fornecidas também destacam a relevância da educação e do engajamento comunitário, conforme discutido por Fernandes (2023). A criação de coletivos de apoio e a conscientização da população sobre os direitos das mulheres e os recursos à disposição podem contribuir para estabelecer um ambiente onde as vítimas se sintam protegidas para relatar as agressões que experimentam.

Por último, o suporte psicológico e social é crucial para a recuperação das vítimas de violência, conforme explicado por Rebaldo et al. (2022). Uma abordagem

integrada, como sugerida por Gomes et al. (2023) em sua análise sobre o atendimento nas delegacias especializadas, seria um passo significativo para garantir que as mulheres em Presidente Kennedy não tenham apenas acesso a serviços legais, mas também a suporte emocional e psicológico adequado.

6.2 ANÁLISE QUALITATIVA: AS PERCEPÇÕES SOBRE O FLUXO DE ATENDIMENTO E A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

A aplicação de uma metodologia qualitativa mostrou-se eficaz para analisar características complexas e traçar as percepções de metodologia de pessoas inseridas em variados contextos e realidades. Este estudo, conduzido no Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), teve como objetivo compreender as visões dos gestores sobre o fluxo de trabalho e a dinâmica de atendimento, considerando tanto os benefícios quanto os obstáculos encontrados na oferta de serviços para mulheres em situação de vulnerabilidade.

A representação da comunidade de Kennedy/ES em relação à violência doméstica expõe um panorama preocupante que reflete não apenas os desafios locais, mas também problemas estruturais existentes em várias regiões do Brasil. Os dados indicam um crescimento nos incidentes de violência de gênero, destacando a necessidade urgente de medidas de prevenção e assistência às vítimas. A ausência de ajudas, tais como serviços de acolhimento e redes de suporte, complica a situação, tornando mais difícil a denúncia e o acesso à justiça.

Além disso, elementos culturais e a manutenção de estereótipos de gênero apresentados para o silenciamento sobre essa questão, tornando crucial a realização de campanhas de sensibilização e a capacitação de profissionais aptos a abordar esse assunto delicado. Portanto, a comunidade de Kennedy se depara com o desafio de alterar essa situação, com o objetivo de garantir direitos e proteção para todas as mulheres.

É crucial compreender o funcionamento do CRAM em Presidente Kennedy, dado o aumento da preocupação com as necessidades e obstáculos que as mulheres vítimas de violência doméstica enfrentam, conforme apontado por Souza e Souza (2019). O CRAM surge como um dispositivo crucial para atender à demanda social por serviços de suporte, demonstrando a sensibilização das políticas públicas para os desafios que essas mulheres enfrentam. Face aos dados preocupantes sobre a

violência contra as mulheres, conforme demonstrado nos relatórios de 2020, a implementação do CRAM representa um avanço importante na implementação de políticas que privilegiam a proteção e o acolhimento.

Uma análise dos dados quantitativos revelou que a maioria das atendidas vivenciou diversas formas de violência, o que ressalta uma interconexão entre os diferentes tipos de abuso. Essa constatação, que pode parecer meramente numérica à primeira vista, ganha profundidade quando integrada à fase qualitativa da pesquisa. A entrevista com uma profissional do CRAM revelou que muitas mulheres, ao buscar ajuda, frequentemente relatam a *“ocorrência simultânea de diversas violências, refletindo como as dinâmicas de poder e controle se perpetuam nos lares”*. Este achado sugere não apenas a necessidade de intervenções holísticas, mas também a urgência de uma sensibilização quanto ao perfil multifacetado da violência.

No artigo "Abordagens multidisciplinares da violência contra as mulheres: uma revisão das intervenções", Boserup et al. (2021) discutem a ocorrência simultânea de várias formas de violência e as dinâmicas de poder e controle nos lares. Esta pesquisa investiga a conexão entre diversas formas de violência, ponderando sobre as complexidades do atendimento a mulheres vítimas de violência. Além disso, destaca a importância de intervenções holísticas para tratá-las de maneira evidente e eficiente. Além disso, Draper et al. (2022), em *“Uma abordagem holística para o apoio às vítimas: lições do campo”*, também destaca a importância de uma resposta integrada que considera as múltiplas dimensões da violência, o que contribui para a sensibilização sobre o perfil multifacetado da violência no contexto doméstico.

Além disso, embora os dados quantitativos destacassem a quantidade e o tipo de violência enfrentada pelas mulheres, as informações qualitativas trouxeram à luz os obstáculos que elas enfrentam ao buscar apoio. A profissional do CRAM identificaram barreiras como *“o medo de retaliação, a falta de conhecimento sobre os direitos e serviços disponíveis, e a estigmatização que as vítimas sofrem na comunidade”*. Essa intersecção entre os dados evidencia que a mera existência de serviços de proteção não é suficiente; é necessário implementar estratégias que realmente integrem e ampliem a acessibilidade, além de trabalhar na desestigmatização das vítimas.

Boserup et al. (2021) revisam intervenções existentes e destacam a importância de abordagens integradas e multifacetadas para enfrentar a violência contra as mulheres. Ele reflete sobre como a mera existência de serviços não é

suficiente e que é imperativo desenvolver estratégias que promovam a acessibilidade e desestigmatização das vítimas, aludindo às barreiras identificadas, como o medo de retaliação e a falta de conhecimento sobre direitos disponíveis.

Os dados também apontaram para a necessidade de avaliação crítica das políticas públicas existentes. A percepção da profissional entrevistada sobre a efetividade das políticas de atenção apontadas para uma série de lacunas que precisa ser abordada. Por exemplo, *“muitos dizem a falta de recursos e formação contínua, que inviabilizam a implementação eficaz das políticas”*. Essa realidade, confirmada com os dados quantitativos que mostram o aumento na demanda por serviços, sugere que a verdadeira solução deve passar por um fortalecimento sistêmico das políticas de atendimento, que atende às necessidades emergentes e complexos das mulheres afetadas pela violência.

A avaliação dos dados quantitativos indicou que a maior parte das atendidas sofreu diversas formas de violência, evidenciando uma conexão entre os variados tipos de violência. Esta constatação, que inicialmente pode parecer apenas numérica, adquire maior profundidade quando incorporada à etapa qualitativa do estudo. As conversas com a especialista do CRAM demonstra que *“muitas mulheres, ao procurarem assistência, frequentemente relatam a ocorrência simultânea de várias formas de violência, demonstrando como as dinâmicas de poder e controle se perpetuam nas famílias”*. Esta descoberta indica não apenas a necessidade de ações holísticas, mas também a urgência de uma conscientização sobre a natureza diversificada da violência.

Boserup et al. (2021) apresentam uma análise abrangente sobre as múltiplas facetas da violência de gênero e enfatiza a importância de intervenções integradas que considerem as diferentes formas de violência que podem afetar as mulheres ao mesmo tempo, já Draper et al. (2022) propõem uma abordagem holística para o apoio às vítimas, pode enriquecer a discussão ao destacar como o suporte às vítimas deve ser modificado para melhor atender suas necessidades, levando em conta a diversidade e a simultaneidade das formas de violência enfrentadas.

Ademais, embora as informações quantitativas tenham ressaltado a quantidade e o tipo de violência sofridas pelas mulheres, as informações qualitativas revelaram os desafios que elas encontram ao procurar auxílio. A especialista do CRAM detecta obstáculos como *“o recebimento de represálias, a desinformação sobre os direitos e serviços disponíveis, além da estigmatização que as vítimas enfrentam na sociedade”*.

Este cruzamento de dados mostra que apenas a prestação de serviços de proteção não é adequada; é preciso estabelecer estratégias que efetivamente integrem e expandam a acessibilidade, além de promover a desmistificação das vítimas.

Andrade (2023) examina como a integração de serviços pode aprimorar a assistência às vítimas, algo que está intrinsecamente ligado à demanda por estratégias que ampliem a acessibilidade e fomentem a desmistificação das vítimas.

As informações também indicaram a necessidade de uma análise crítica das políticas públicas em vigor. A visão da profissional consultada acerca da eficácia das políticas de atenção revelou uma série de brechas que necessitam ser preenchidas. Por exemplo, “*a escassez de recursos e capacitação constante como obstáculos para a eficácia das políticas*”. Esta realidade, em consonância com as estatísticas que indicam um crescimento na procura por serviços, indica que uma solução eficaz deve envolver um reforço sistêmico das políticas de assistência, que supra as necessidades emergentes e complexas das mulheres impactadas pela violência.

Pereira et al. (2022) expõem a realidade das políticas públicas, destacando que a falta de recursos e o treinamento desatualizado dos profissionais do setor são grandes barreiras que prejudicam a efetividade das ações. Esta avaliação é respaldada por informações que evidenciam o crescimento na procura por serviços específicos para mulheres vítimas de violência, enfatizando a urgência de uma estratégia integrada que não só atende às demandas imediatas, mas também estabelece um modelo externo de apoio e assistência.

Por fim, sabe-se que os serviços prestados pelo CRAM, como orientação, acolhimento e programas de geração de renda, desempenham um papel crucial na promoção da autonomia das mulheres atendidas. A recente implantação do Programa de Inclusão Produtiva "Mais Caminhos" representa um esforço adicional para gerar transformação social e econômica (Oliveira, 2022), especialmente importante para aqueles que dependem financeiramente de seus agressores. O encaminhamento ao CRAM, seja por demanda espontânea ou indicação de serviços de saúde e segurança, revela a interconexão das redes de apoio existentes (Gomes et al., 2023). No entanto, a reincidência e a revitimização ainda são preocupações que exigem atenção (Cardoso, 2005), reforçando a necessidade de que as políticas abranjam intervenções contínuas que promovam realmente a emancipação das mulheres (Vigano; Laffin, 2019).

O acolhimento inicial e a presença de uma equipe técnica composta

exclusivamente por mulheres estabelecem um ambiente protegido e seguro, favorecendo o processo de recuperação e empoderamento (Rebalo et al., 2022). A escuta psicológica individualizada é uma estratégia fundamental para lidar com os traumas que muitas mulheres carregam (Fernandes, 2023), e a dependência emocional enfrentada por muitas delas ressalta a urgência de um trabalho educativo que desconstrua as ideologias que naturalizam a violência (Côrtes, 2012). O treinamento das equipes do CRAM deve focar na identificação e compreensão das dinâmicas de violência, melhorando assim o atendimento prestado (Cristina et al., 2023).

Além disso, a importância de uma rede de apoio é evidente: mulheres que contam com suporte de familiares ou amigos têm maior propensão de buscar ajuda e permanecer firmes em seus processos de recuperação (Gadoni-Costa; Zuccatti; Dell'Aglio, 2011). Em contrapartida, aqueles sem esse suporte se sentem isolados, o que agrava os impactos psicológicos, incluindo a depressão e a ansiedade (Machado; Gomes, 2023). Portanto, o CRAM deve se empenhar não apenas em oferecer seus serviços, mas também em fortalecer e promover essas redes de apoio entre as mulheres (Silveira et al., 2014).

Os serviços oferecidos pelo CRAM, tais como orientação, acolhimento e programas de geração de renda, têm um papel fundamental na promoção da independência das mulheres assistidas. A implementação recente do Programa "Mais Caminhos" de Inclusão Produtiva é um esforço extra para provocar mudanças sociais e econômicas (Oliveira, 2022), com especial relevância para as vítimas que dependem financeiramente de seus agressores. O envio ao CRAM, seja por solicitação espontânea ou recomendação de serviços de saúde e segurança, evidencia a interligação das redes de suporte já existentes (Gomes et al., 2023). Contudo, a recorrência e a revitimização continuam sendo questões que requerem atenção (Cardoso, 2005), enfatizando a importância de políticas que incluam intervenções contínuas que fomentem de fato a emancipação feminina (Vigano; Laffin, 2019).

A recepção inicial e a existência de uma equipe técnica exclusivamente feminina criam um ambiente seguro e acolhedor, contribuindo para o processo de recuperação e empoderamento (Rebalo et al., 2022). A escuta psicológica individualizada é uma tática crucial para enfrentar os traumas que muitas mulheres enfrentam (Fernandes, 2023). A dependência emocional que muitas confrontações destaca a necessidade urgente de um trabalho educativo que desmantele as

ideologias que banalizam a violência (Côrtes, 2012). A capacitação das equipes do CRAM deve se concentrar na detecção e compreensão das dinâmicas de violência, aprimorando dessa forma o serviço oferecido (Cristina et al., 2023).

Além disso, é clara a relevância de uma rede de apoio: mulheres que têm o apoio de familiares ou amigos tendem a procurar ajuda e a se manterem resolutas em seus processos de recuperação (Gadoni-Costa; Zuccatti; Dell'Aglio, 2011). Por outro lado, aqueles que não possuem esse apoio se sentem desamparados, o que intensificam as consequências psicológicas, como a depressão e a ansiedade (Machado; Gomes, 2023). Assim, o CRAM não deve se limitar a fornecer seus serviços, mas também a fortalecer e contribuir essas redes de suporte entre as mulheres (Silveira et al., 2014).

O CRAM de Presidente Kennedy é um local crucial para receber, assistir e fortalecer mulheres vítimas de violência (Martins, 2015). A organização dos serviços prestados e o foco na independência feminina, juntamente com uma avaliação crítica das reincidências e traumas vivenciados, evidenciam um comprometimento autêntico com a mudança social e os direitos das mulheres. A dificuldade está em estabelecer uma estratégia integral que trate as origens e consequências da violência de maneira unificada, auxiliando na construção de um futuro onde as mulheres possam viver de maneira digna e segura. A frase motivacional “Você não está sozinho” deve reverberar para além das fronteiras do CRAM, estimulando toda a comunidade a se unir na batalha contra a violência de gênero (ONU Mulheres, 2021).

Para concluir, a discussão em torno da violência contra a mulher em Presidente Kennedy revela a complexidade e a urgência dessa questão. A predominância da violência física, acompanhada de altas taxas de violência psicológica e sexual, aponta para a necessidade de estratégias mais estratégicas, integradas e sensíveis ao contexto local. Estudos futuros e a formulação de políticas públicas direcionadas são essenciais para transformar essa realidade e garantir a proteção e a dignidade das mulheres na região.

Na última análise, o apoio social e psicológico é fundamental para a recuperação das vítimas de violência, e uma estratégia unificada, como proposta por Gomes et al. (2023) em seu estudo sobre o atendimento nas delegacias especializadas, representaria um avanço importante para garantir que as mulheres em Presidente Kennedy não apenas prestem serviços jurídicos, mas também o devido apoio emocional e psicológico.

O debate sobre a violência contra a mulher em Presidente Kennedy evidencia a complexidade e a urgência deste tema. A preponderância da violência física, aliada a elevados índices de violência psicológica e sexual, indica a demanda por estratégias mais eficientes, integradas e atentas ao cenário local. Pesquisas futuras e a criação de políticas públicas específicas são fundamentais para mudar essa situação e garantir a segurança e a dignidade das mulheres na região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apresentou um estudo detalhado da violência contra a mulher na cidade de Presidente Kennedy, enfatizando o número de casos ao longo de janeiro de 2023 a janeiro de 2024, nas políticas de assistência existentes e nos fluxos de atendimentos. Através de um método que mescla métodos quantitativos e qualitativos, conseguiu-se não apenas identificar a extensão do problema, mas também analisar como o atendimento acontece no município.

Os dados mostram que, mesmo com os progressos legais trazidos pela Lei Maria da Penha, a violência contra a mulher em Presidente Kennedy persiste como um problema ainda intrincado, intensificado por elementos como a dependência financeira, a normalização da violência e as dificuldades de acesso a serviços de proteção. A predominância de violência física e psicológica nas experiências relatadas destaca a necessidade de intervenções mais efetivas e unificadas, que levem em conta as especificidades de cada grupo etário e étnico, incentivando uma estratégia que não se limite à repressão, mas também incluindo a educação e a conscientização comunitária.

As conversas com o profissional do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) evidenciaram a relevância de um ambiente receptivo e de um serviço humanizado, que leva em conta as particularidades enfrentadas pelas mulheres em situação de vulnerabilidade. No entanto, as falhas bloqueadas nos processos de atendimento e a demanda por uma supervisão mais sistemática e completa sugerem que ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que essas mulheres não sejam ouvidas, mas também obtiveram o apoio necessário para quebrar o ciclo de violência.

Além disso, o estudo indica a importância de um trabalho intensivo de sensibilização junto à comunidade, com o objetivo de envolver a população na batalha contra a violência do gênero. Iniciativas de conscientização podem contribuir para desmistificar a procura por auxílio e fortalecer as mulheres na denúncia de abusos, estabelecendo um ambiente mais protegido e receptivo. A capacitação constante dos profissionais que atuam na rede de combate à violência é também um aspecto crucial.

É essencial receber treinamentos que tratem da interseccionalidade, levando em conta elementos de raça, classe e gênero, para que as respostas institucionais sejam específicas e específicas às necessidades das várias mulheres que buscam

ajuda.

Assim, sugere-se a reavaliação das políticas públicas no município de Presidente Kennedy, reforçando os programas de cuidado e acolhimento, unindo saúde, assistência social e educação em um modelo que valorize a dignidade e os direitos das mulheres. É crucial uma abordagem multidisciplinar para lidar com a complexidade da violência contra a mulher e assegurar a execução eficaz de estratégias de prevenção e assistência.

A luta contra a violência de gênero em Presidente Kennedy não se restringe apenas à resposta imediata às denúncias, mas deve envolver uma transformação cultural ampla, que desafie as normas de gênero, promova a autonomia econômica das mulheres e fortaleça uma rede de apoio solidária e acessível. A proteção e a dignidade das mulheres devem ser um objetivo comum em toda a sociedade, ressaltando que, ao garantir a segurança e o bem-estar das mulheres, estamos promovendo um direito humano fundamental e avançando na direção à equidade de gênero.

A batalha contra a violência de gênero em Presidente Kennedy vai além da simples resposta às denúncias, devendo abranger uma mudança cultural abrangente que questione as normas de gênero, incentive a independência econômica das mulheres e construa uma rede de suporte acessível e solidária. A salvaguarda e a dignidade feminina devem ser metas compartilhadas por toda a sociedade, enfatizando que, ao assegurar a segurança e o bem-estar femininos, estamos promovendo um direito humano essencial e progredindo rumo à igualdade de gênero.

A avaliação da violência contra a mulher, realizada pelo painel do Instituto Santos Neves, evidencia a necessidade urgente de uma ação coordenada e eficaz. Apenas através do engajamento de vários segmentos da sociedade conseguiremos diminuir esses índices e garantir a proteção e os direitos das mulheres em todo o estado do Espírito Santo, com destaque para Presidente Kennedy.

REFERÊNCIAS

Agência Senado. **Dados locais são essenciais no combate à violência contra mulher, aponta debate**. 28/02/2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/02/28/dados-locais-sao-essenciais-no-combate-a-violencia-contra-mulher-aponta-debate>. Acessado em 14 de dez de 2024.

Andrade, C. A.; Silva, L. R. O impacto da integração de serviços no atendimento a vítimas: um estudo de caso. **Revista de Saúde Pública**, 57(3), 189-198. (2023).

Boserup, B. et al. Abordagens multidisciplinares da violência contra as mulheres: uma revisão das intervenções. **Revista Internacional de Vitimologia**, 29(2), 123-145. (2021).

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Violência contra a mulher: o papel das delegacias especializadas de atendimento à mulher**. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2020.

Cardoso, I. **A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança**. São Paulo: Tempo Social. Vol. 17, n. 2, novembro, 2005.

Côrtes, G. R. **Violência doméstica: centro de referência da mulher "Heleieth Saffioti"**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v. 17, n. 32, 2012. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/4932>. Acesso em: 19 nov. 2023.

Cristina, M. F et al. **Violência contra a mulher: aspectos biopsicossociais**. Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza, [S. l.], v. 6, 2023. DOI: 10.51249/easn06.2023.1627. Disponível em: <https://periodicojs.com.br/index.php/easn/article/view/1627>.

Draper, J. et al. **Uma abordagem holística para o apoio às vítimas: lições do campo**. Jornal de Violência Interpessoal, 37(6), 805-823. (2022).

Fernandes, S. A sensibilização comunitária como estratégia de acolhimento às vítimas de violência. **Revista Brasileira de Assistência Social**, 28(2), 45-58. (2023).

Ferreira, M. J.; Menezes, A. **Conhecendo os direitos: A importância dos centros de referência**. Caderno de Direitos Humanos, 15(1), 34-50. (2023).

Gadoni-Costa, L. M.; Zucatti, A. P. N.; Dell'Aglio, D. D. **Violência contra a mulher: levantamento dos casos atendidos no setor de psicologia de uma delegacia para a mulher**. Estudos de Psicologia (Campinas), v. 28, p. 219-227, 2011.

Gomes, R. et al. Delegacias especializadas e o atendimento às vítimas: um estudo

comparativo. **Revista de Políticas Públicas**, 12(1), 67-82. (2023).

Governo do estado do Espírito Santo. **Sesp lança Painel de Crimes Contra a Mulher e aumenta nível de transparência de dados**. 15/07/2024. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/sesp-lanca-painel-de-crimes-contra-a-mulher-e-aumenta-nivel-de-transparencia-de-dados>. Acessado em 14 de dez de 2024. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Mulheres frente à violência doméstica e familiar: pesquisa de campo**, 2019. Brasília: IPEA, 2019.

Lima, T. S. et al. Treinamento em atendimento humanizado nas delegacias: caminhos e desafios. **Revista de Segurança Pública**, 18(3), 99-115. (2022).

Machado, F.; Gomes, R. Impacto da Lei Maria da Penha em Municípios. **Revista Brasileira de Política Social**, 12(1), 45-62. (2023).

Martins, A. P. A. O sujeito nas ondas do feminismo e o lugar do corpo na contemporaneidade. **Revista Café com Sociologia**, vol. 4, n. 1, jan-abr, 2015.

Ministério da justiça e segurança pública. **Relatório Anual sobre Violência Doméstica**. (2022).

Ministério da Saúde do Brasil. (2023). **Boletim Epidemiológico**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2023>. Acessado em 14 de dez de 2024.

Oliveira, J. **Programas de Acolhimento e Suporte à Mulher: O Caso da Casa da Mulher Brasileira**. Caderno de Políticas Públicas, 5(2), 23-54. (2022).

OMS. Organização Mundial da Saúde. (2023). **Relatório Mundial sobre a Saúde 2023**. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/07-05-2024-who-results-report-2023-shows-notable-health-achievements-and-calls-for-concerted-drive-toward-sustainable-development-goals>. Acessado em 14 de dez de 2024.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Estimativas de prevalência de violência contra as mulheres**, 2018. Disponível em: www.who.int. (2021).

Parkins, W. **Protestando como uma garota**: personificação, dissidência e agência feminista. Teoria Feminista, 2000.

Pereira, L. et al. Recursos e Financiamento para Combate à Violência de Gênero: Uma Análise Crítica. **Revista Brasileira de Administração Pública**, 15(3), 220-237. (2022).

Pesquisa nacional de saúde. **Resultados Preliminares**. IBGE. (2020).

Rebalo, R. O. et al. A importância do suporte psicológico na saúde das vítimas. **Revista da Saúde Mental**, 44(4), 360-375. (2022).

Ribeiro, M. **Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência**

contra mulheres. Anais do Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, Londrina, PR, Brasil, 2010.

Secretaria da Saúde do Espírito Santo (SES-ES). (2023). **Dados Epidemiológicos do Estado.** Disponível em: <https://saude.es.gov.br/GrupodeArquivos/boletins-epidemiologicos>. Acessado em 14 de dez de 2024.

Secretaria Municipal de Saúde de Presidente Kennedy. (2023). **Relatório Anual de Saúde.** Disponível em: https://presidentekennedy.es.gov.br/publicacoes/filtro/1?initial_date=&final_date=&number=&types=SEMUS+-PROGRAMA%C3%87%C3%83O+ANUAL+DE+SA%C3%9ADE&origin=&term=. Acessado em 14 de dez de 2024.

Silva, T.; Santos, M. Capacitação de Profissionais no Enfrentamento à Violência Contra a Mulher. **Revista Brasileira de Saúde Pública**, 47(1), 101-118. (2023).

Silveira, R. S., Nardi, H. C.; Spindler, G. **Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero.** *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 323-334, 2014.

Souza, M. C. G.; Souza, T. M. C. Psicologia e políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres: experiências de universitárias. **Psicologia Revista**, v. 28, n. 1, p. 125-149, 2019.

UN WOMEN. **Implementation of the Istanbul Convention:** Global Progress Report. UN Women Publications. (2023).

UN WOMEN. **Spotlight Initiative.** Disponível em: [\[www.unwomen.org\]](http://www.unwomen.org)(<https://www.unwomen.org>). (2021).

UN WOMEN. **The Shadow Pandemic:** Violence against women during COVID-19. (2020).

Vigano, S. M. M.; Iaffin, M. H. L. F. **Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero.** *História* (São Paulo), v. 38, 2019.

ANEXO 01:**COLETA DE DADOS SECUNDÁRIOS DO PROJETO “VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE KENNEDY: NÚMERO DE CASOS, POLÍTICAS DE ATENÇÃO E IMPACTOS BIOPSISSOCIAIS”**

Na primeira etapa desse estudo, por se tratar de um estudo retrospectivo, mediado pelo sistema de informação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher do município de Presidente Kennedy, ES, tem-se a dispensa do TCLE, pois essas mulheres não serão abordadas diretamente, uma vez que os dados utilizados serão secundários. Assim, a coleta se dará por meio dos dados compilados por esse sistema, respeitando o anonimato e qualquer situação que coloque em risco a confidencialidade dos dados.

Entretanto, para a segunda parte do estudo, que será por meio de entrevista, será necessário o TCLE e este está abaixo, e será direcionado aos profissionais do Centro de Referência de Atendimento à Mulher do município de Presidente Kennedy, ES.

Presidente Kennedy, 05 de junho de 2024

Maria Antônia Freire de Oliveira Pesquisadora principal do Projeto

ANEXO 2**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE TCLE- ETAPA DE DADOS TERMO DE
CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa intitulada Violência Contra a Mulher no Município de Presidente Kennedy: Número de Casos, Políticas de Atenção e Impactos Biopsicossociais, sob a responsabilidade de Maria Antônia Freire de Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Uma pesquisa sobre a violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy se justifica por diversas razões, todas fundamentais para a compreensão e enfrentamento desse grave problema social. A violência contra a mulher é uma violação dos direitos humanos e uma questão social de extrema relevância. A identificação do número de casos permite uma abordagem mais direcionada às áreas mais afetadas e grupos mais vulneráveis. Essa avaliação contribuirá para o fortalecimento das políticas públicas locais e para a implementação de medidas mais eficazes. Investigar os impactos biopsicossociais da violência contra a mulher permite uma compreensão mais profunda das consequências desse fenômeno. Isso é fundamental para desenvolver estratégias de apoio às vítimas, abordando não apenas as consequências físicas, mas também os aspectos emocionais e psicológicos. A pesquisa contribuirá para aumentar a conscientização da sociedade em Presidente Kennedy sobre a gravidade da violência contra a mulher. Além disso, fornecerá dados e informações que podem ser utilizados em programas educativos, visando a prevenção e a mudança de atitudes culturais prejudiciais. Em suma, a pesquisa sobre violência contra a mulher em Presidente Kennedy é de sua importância social, pela necessidade de compreender a realidade local, pela avaliação das políticas existentes e pelos impactos profundos dessa violência na vida das mulheres.

Rubrica participantes

Rubrica pesquisador

OBJETIVO(S) DA PESQUISA: Analisar o número de casos da violência contra a mulher e dos impactos biopsicossociais sobre as vítimas do município de Presidente Kennedy ES, entre janeiro de 2023 a janeiro de 2024. E tem como os objetivos específicos estimar o número de casos de violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy; Identificar os diferentes tipos de violência, como violência doméstica, sexual e psicológica; Identificar os fatores socioeconômicos, culturais e institucionais que contribuem para a ocorrência da violência contra a mulher no contexto municipal; Analisar os efeitos biopsicossociais da violência contra a mulher, considerando as implicações físicas, psicológicas e sociais sobre as vítimas e suas redes de apoio e, analisar o processo de trabalho da gestão quanto ao fluxo de atendimento.

PROCEDIMENTOS: Trata-se de um estudo de abordagem mista, realizado em duas etapas. A primeira etapa, será realizado em estudo de abordagem quantitativa, do tipo ecológico, exploratório, transversal, retrospectivo com utilização de dados secundários do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) para investigar o número de casos da violência contra a mulher no município de Presidente Kennedy.

A segunda etapa, será um estudo de abordagem qualitativa com foco na percepção da gestão sobre o fluxo de trabalho do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Para primeira etapa, por se tratar de um estudo retrospectivo com base em dados secundários; a amostra terá em média um total de 498 participantes composta por mulheres residentes na cidade, com idade de 18 a 60 anos em diante, a seleção da amostra será feita com base em denúncias recebidas por meio do CRAM do município de Presidente Kennedy, com fluxo nos últimos 12 meses, Ministério Público, CRAS, Educação, Saúde, Delegacia Civil, Poder Judiciário, Conselho Tutelar e pelo Boletim (BU) da Polícia Militar e profissionais do CRAM, considerando os meses de janeiro de 2023 a janeiro de 2024 e na segunda etapa contará com 02 profissionais da gestão do Centro de Referência de Atendimento à Mulher que serão entrevistados.

Rubrica participantes

Rubrica pesquisador

Na primeira etapa, por se tratar de um estudo retrospectivo, mediado pelo sistema de informação do Centro de Referência de Atendimento à Mulher, tem-se a dispensa do TCLE, pois essas mulheres não serão abordadas diretamente, uma vez

que os dados utilizados serão secundários.

Assim, a coleta se dará por meio dos dados compilados por esse sistema, respeitando o anonimato e qualquer situação que coloque em risco a confidencialidade dos dados. Já na segunda etapa, os dados serão coletados por entrevistas. Por se tratar de uma coleta diretamente com o público, essa etapa necessita de TCLE. Nesta etapa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os profissionais que trabalham no Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Presidente Kennedy com foco na percepção da gestão sobre o fluxo de trabalho do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM). Essas entrevistas serão realizadas pela própria pesquisadora, de forma presencial em ambiente adequado.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA: O estudo será realizado no município de Presidente Kennedy. O município possui uma população de aproximadamente 12.000 habitantes, com uma predominância de mulheres, representando cerca de 52% da população total.

Na primeira fase, será realizado por meio dos dados do CRAM, que é um equipamento da política pública de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, vinculado à Secretária Municipal de Assistência Social de Presidente Kennedy, em 08 de julho de 2021 foi aprovado a Portaria/SEMAS /Nº 057 e em 04 de agosto foi inaugurado o Centro de Referência de Atendimento à Mulher.

Na segunda etapa, será realizada com os gestores desse Centro de referência, com coleta de dados que acontecerá entre os meses de agosto a setembro de 2024.

Rubrica participantes

Rubrica pesquisador

RISCOS E DESCONFORTOS: O desconforto ocasionado aos participantes será mínimo, pois serão realizadas entrevistas, previamente agendadas, presencialmente, respeitando o anonimato dos participantes, e acontecendo em local propício para não causar constrangimento. A pesquisadora esclarece que não será realizada qualquer tipo de intervenção invasiva aos entrevistados. Os constrangimentos em relação à entrevista, caso aconteçam, serão solucionados e orientados pela pesquisadora responsável pelo estudo, eu Maria Antônia Freire de Oliveira venho informar que você tem o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, não havendo nenhum tipo de constrangimento entre as partes.

BENEFÍCIOS: A pesquisa sobre violência contra a mulher deve ser conduzida com o objetivo de contribuir para a melhoria das políticas de atenção e da qualidade de vida

das vítimas. Os resultados devem ser utilizados para conscientizar e informar a criação de medidas de prevenção, programas de apoio e capacitação para profissionais que trabalham com esse tema, visando mitigar a violência e seus impactos biopsicossociais.

ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA: Em todo momento da pesquisa daremos total assistência e caso venha acontecer intercorrências, estas serão imediatamente resolvidas pela pesquisadora.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO Você não é obrigado(a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado(a) pelos pesquisadores.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE: A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após finalizada e publicada.

Rubrica participantes Rubrica pesquisador

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO: A pesquisa oferece riscos mínimos aos participantes e não há nenhum procedimento que ocasionará custos, Entretanto, os pesquisadores realçam que em caso haja despesas tidas pelos participantes em razão da sua participação da pesquisa a mesma será ressarcida, ficando assim garantida ao participante o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO: Fica garantido ao participante o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, você poderá contatar o(a) pesquisador(a) Maria Antônia Freire de Oliveira nos telefones (28) 999866493, ou no endereço Rua Virgílio Bresinski, 156, Centro, Presidente Kennedy. Você também pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Ciências da Saúde- EMESCAM (CEP/EMESCAM) através do telefone (27) 3334-3586, e-mail comite.etica@emescam.br ou correio: Av. N. S. da Penha, 2190, Santa Luiza – Vitória – ES – 29045-402. O CEP/ EMESCAM tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos

nacionais e internacionais. Seu horário de funcionamento é de segunda a quinta-feira das 13:30h às 17h e sexta-feira, das 13:30h às 16h.

Rubrica participantes
pesquisador

Rubrica

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada e rubricada em todas as páginas, por mim e pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante.

Presidente Kennedy,

Participante da pesquisa

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa Violência Contra a Mulher no Município de Presidente Kennedy: Número de Casos, Políticas de Atenção e Impactos Biopsicossociais, eu, Maria Antônia Freire de Oliveira, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisador responsável